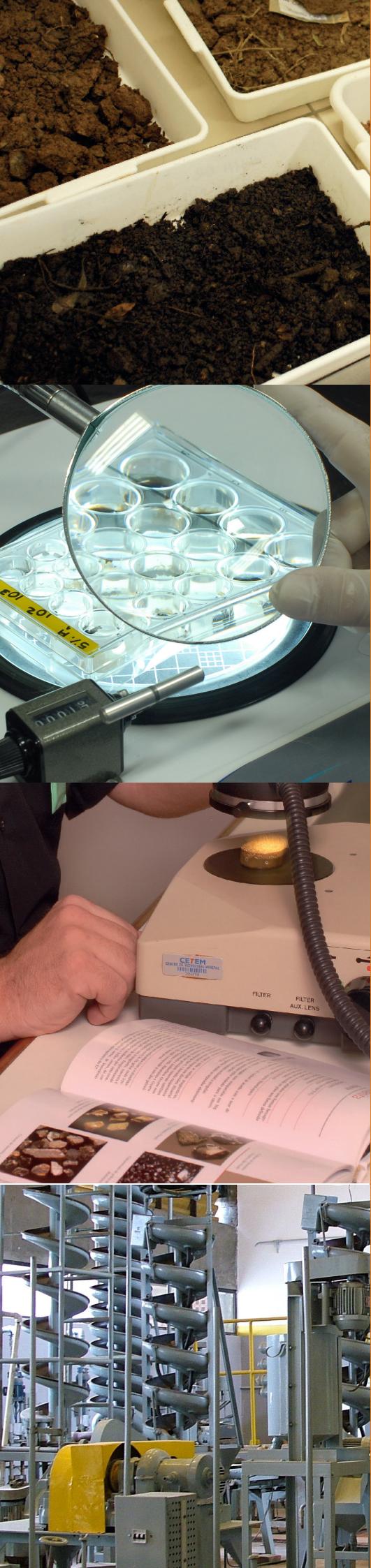


RELATÓRIO DE GESTÃO 2017





PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2016

MARÇO DE 2017

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÕES
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL - CETEM**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2016**

Relatório de Gestão do Exercício 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, das DN TCU n.º 154 e n.º 156 de 2016, da portaria TCU n.º 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

MARÇO/2017

1.2 Lista de siglas e abreviações

ACT	Recursos financeiros aplicados em capacitação e treinamento
ACV	Análise de ciclo de vida
AFAC	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital
AGU	Advocacia Geral da União
APD	Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento
APLs	Arranjos Produtivos Locais
APME	Apoio a Micro, Pequena e Média Empresas
BSC	Balanced Scorecard
C&T	Ciéncia e Tecnologia
CATE	Coordenação de Apoio Técnico às Micro e Pequenas Empresas
CCONT	Coordenação das Atividades de Contabilidade
CETEM	Centro de Tecnologia Mineral
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGU	Controladoria Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CISSP	Comissão Interna de Saúde do Servidor Público
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COADM	Coordenação de Administração
COAMI	Coordenação de Análises Minerais
COCF	Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira
COPGI	Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação
COPM	Coordenação de Processos Minerais
COPMA	Coordenação de Processos Metalúrgicos e Ambientais
COPTM	Coordenação de Processamento e Tecnologias Minerais
COROM	Coordenação de Apoio Técnico às Micro e Pequenas Empresas
CPGI	Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação
CPMA	Coordenação de Processos Metalúrgicos e Ambientais
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CRA	Coeficiente de Rendimento Acumulado
CT&I	Ciéncia, Tecnologia e Inovação
CTC	Conselho Técnico-Científico
CTIC	Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação
DAM	Desenvolvimento de processos para tratamento de efluentes e de drenagem ácida de mina
DF	Distrito Federal
DIR	Diretoria
DIRETEC	Diretoria Técnico-Científica
DIREX	Diretoria Executiva
DM	Despesa com manutenção
DM	Σ das despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefone e pessoal administrativo terceirizado

DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
DPO/MCTIC	Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais
DTM	Secretaria da Fazenda
E-GOV	Portal do Governo Eletrônico
E-MAG	Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico
ENCTI	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
E-PING	Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
ESAF	Escola de Administração Fazendária
E-SIC	Serviço eletrônico de Informação ao Cidadão
FACC	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica
FCPE	Funções Comissionadas do Poder Executivo
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNCATE	Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais
GDACT	Sistema de avaliação para Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia
GEINC	Gerência de Informações Fiscais e de Custos
GESPÚBLICA	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GLPI	Software Gestão Livre de Parque de Informática
GPE	Grupo de Trabalho
IADS	Índice de Atendimento Direto à Sociedade
ICRC	Indicador de Captação de Recursos CETEM.
ICT	Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento
ICTs	Institutos de Ciência e Tecnologia
IDICC	Impacto Dispensa/ Inexigibilidade na contratação
IDTIS	Indicador de Difusão Tecnológica de Interesse Social
IEO	Índice de Execução Orçamentária (Empenho)
IFATT	Índice Financeiro de Atendimento e Transferência de Tecnologia
IGPUB	Índice Geral de Publicações
ILR	Índice de Licitações Realizadas
IMG	Índice de Maturidade de Gestão
IN	Instrução Normativa
INT	Instituto Nacional de Tecnologia
INFOMIMET	Informação para o Setor Minero-Metalúrgico
IPIn	Índice de Propriedade Intelectual
IPRS	Indicador de Projetos de Relevância Social
IPUB	Índice de Publicações
ITD	Indicador de Tecnologias Desenvolvidas
LAPEGE	Laboratório de Pesquisas Gemológicas
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação
MF	Ministério da Fazenda
MINERALDATA	Consulta de banco de dados de recursos minerais
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Ministério Público
MPCUST	Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal

MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAG	Núcleo de Apoio à Gestão
NAPME	Nº de micro, pequena e média empresas atendidas no ano
NBR	Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
NCS	Núcleo de Comunicação Social
NDI	Núcleo de Documentação Informação
NERJ/MS	Núcleo do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro
NGPB	Nº de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados + Nº de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional + Nº de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional + (Nº de capítulo de livros no ano, incluindo o nº de publicações em série).
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
NMEA	N.º de Micro, Pequena e Média Empresas Atendidas no ano
NP	N.º de pedidos de privilégio de patente, protótipos, softwares, modelos de utilidade e direitos autorais, protocolados no país e no exterior + N.º de patentes concedidas no país e no exterior
NPPACI	Nº de programas, projetos e ações desenvolvidos em parceria formal
NPPACN	N.º de Programas, projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais
NPSCI	Nº de publicações em periódicos, com ISSN, indexados no SCI, no ano
NPT	Σ do pessoal terceirizado
NPTD	Nº total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano
NRES	Núcleo Regional do Espírito Santo
NTB	Σ dos bolsistas
NTS	N.º total de servidores em todas as carreiras
OCC	A soma das dotações de Custo e Capital, inclusive as fontes 100/150
OCCe	Limite de Empenho Autorizado
OCS Inventory-NG	Open Computer and Software Inventory Next Generator
PCPR	Prestação de Contas da Presidenta da República
PcTD	Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidas
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDU	Plano Diretor da Unidade
PE	Planejamento Estratégico
PES	Programa de Estágio Supervisionado
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PG	Σ da pontuação dos itens dos critérios de excelência dispostos no IAGP gera a Pontuação Global do Exercício Corrente.
PHL	Sistema de informação de gestão de acervo de coleções e serviços de biblioteca
PMG	Plano de Melhoria de Gestão
PNM	Plano Nacional de Mineração
PPA	Plano Plurianual do Governo Federal
PPACI	Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional
PPACN	Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional
PPD	Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento

PRB	Participação Relativa dos Bolsistas
PRPT	Participação Relativa de Pessoal Terceirizado
PSA	Percentual de solicitações atendidas
PSTE	Prestação de Serviço Tecnológico e Especializado
RG	Relatório de Gestão
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RMA	Relatório de Movimentação de Bens em Estoque
RMB	Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RPT	Receita Própria Total
RRE	Recurso de Reforço Estratégico
RRP	Relação entre Receita Própria e OCC
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência,
SCA	Sistema de gestão de Laboratório de Análises Minerais
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCUP	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa
SECAT	Seção de Tecnologia da Informação
SECATI	Setor de Caracterização Tecnológica
SECIS	Secretaria Cidade Sustentável
SECOF	Serviço de Contabilidade, Orçamento e Finanças
SEDPI	Serviço de Desenvolvimento de Processos Industriais
SEDPM	Serviço de Desenvolvimento de Novos Produtos Minerais
SEDTM	Serviço de Desenvolvimento de Tecnologias Minerais
SEFIP	Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
SEGEPE	Secretaria de Gestão Pública
SEGRH	Serviço de Gestão de Recursos Humanos
SEMPI	Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura
SENES	Serviço do Núcleo Regional do Espírito Santo
SEOFI	Serviço de Orçamento e Finanças
SERH	Serviço de Recursos Humanos
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SETEL	Serviço de Tecnologias Limpas
SEXEC/MCTI	Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
SGM	Secretaria Geral de Missões
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema de Administração de Pessoal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIC	Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGTEC	Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISFAT	Sistema de Faturamento
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União

SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPOA	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SRH	Sistema de Recursos Humanos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUCON	Superintendência de Controle e Ordenamento do Solo do Município
TED	Termo de Execução Descentralizada
TCG	Termo de Compromisso de Gestão
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TMRSIC	Tempo médio de respostas ao cidadão
TNSE	Técnicos de Nível Superior
UF	Unidade Federativa
UG	Unidade Gestora
UP	Unidades de Pesquisa
UPC	Unidade de Pesquisa Científica
VERBETES	Sistema de banco de dados de Recursos Minerais e Territórios
VTL	Valor total Licitado

OBS.: Descrição: das principais siglas e abreviações utilizadas no relatório de gestão, para facilitar a leitura pelos usuários das informações.

1.3 Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Índice dos quadros, gráficos, figuras, etc utilizados no corpo do relatório e nos anexos, com indicação da localização, para facilitar o acesso direto do leitor.

Figuras

- Figura 3.1 Stakeholders do CETEM
- Figura 3.2 Organograma do CETEM
- Figura 4.1 Planejamento Estratégico do CETEM
- Figura 4.2 Mapa Estratégico
- Figura 7.1 Fluxo no SIC/e-SIC

Tabelas

- Tabela 3.1 Principais competências e Contribuição para os Resultados da Instituição constantes da Portaria MCTIC nº 5.114/2016
- Tabela 3.2 Macroprocessos finalísticos do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM
- Tabela 4.1 Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC
- Tabela 4.2 Limite de empenho referente às Fontes 100 e 150 – 2015
- Tabela 4.3 Origem dos recursos Extra Orçamentários
- Tabela 4.4 Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores
- Tabela 4.5 Despesas por modalidade de licitação
- Tabela 4.6 Despesas por grupo e elemento de despesa
- Tabela 4.7 Quadro de acompanhamento do TCG
- Tabela 4.8 Resultados Obtidos
- Tabela 6.1 Força de Trabalho da UPC
- Tabela 6.2 Tipologia dos cargos

- Tabela 6.3 Tipologia dos cargos
Tabela 6.4 Despesa com pessoal
Tabela 6.5 Contratos de terceirização de mão de obra
Tabela 6.6 Contratos de prestação de serviços
Tabela 6.7 Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis da União
Tabela 6.8 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Gráficos

- Gráfico 6.1 Totais de incidentes por ano
Gráfico 7.1 Índice de Atendimento Direto à Sociedade.
Gráfico 7.2 PSA - Percentual de solicitações atendidas
Gráfico 7.3 TMR-Tempo médio de respostas ao cidadão

1.4 Lista de anexos e apêndices

Índice dos documentos e informações alocadas como anexo ou apêndice ao relatório de gestão, quando houver.

- Anexo – pág. 1 – Balanço Financeiro
Anexo – pág. 2 a 4 – Balanço Orçamentário
Anexo – pág. 5 e 6 – Balanço Patrimonial
Anexo – pág. 7 a 9 – Demonstrações dos fluxos de caixa
Anexo – pág. 10 a 12 – Demonstrações das variações patrimoniais
Anexo – pág. 13 – Consulta por imóvel UG – Sistema SPIUnet

1.5 Sumário

CAPA	i
1.2 Folha de rosto	ii
1.3 Lista de siglas e abreviações	iii
1.4 Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras	iv
1.5 Lista de anexos e apêndices	v
1.6 Sumário	vi
2. APRESENTAÇÃO	1
3. VISÃO GERAL	2
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	15
4.1 Planejamento Organizacional	15
4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	15
4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	16
4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	17
4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	17
4.3 Desempenho Orçamentário	18
4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	18
4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	18
4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado	20
4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	20
4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos	20
4.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	21
4.3.6 Informações sobre a execução de despesas	22
4.4 Apresentação e análise de Indicadores de desempenho (TCG)	23
5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	31
5.1 Descrição das estruturas de governança	31
5.2 Atividades de correição e apuração de atos ilícitos administrativos	31
5.3 Gestão de riscos e controles internos	32
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	33
6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	35
6.1.2 Demonstrativos das despesas com pessoal	35
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	37
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários	38
6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura	41
6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União	41
6.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros	42
6.3 Gestão da tecnologia da informação	42
6.3.1 Principais sistemas de informação	48
7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	52
7.1 Canais de acesso ao cidadão	52
7.2 Carta de serviços ao cidadão	54
7.3 Aferição ao grau de satisfação aos cidadãos-usuários	54
7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	55

7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	55
8. DESEMPENHO FINANCEIRO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	57
8.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	57
8.2 Sistemática de apuração de custos da unidade	57
8.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	60
9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	61
9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	61
9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de controle interno	63
9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	64
9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art 5º da Lei 8.666/1993	65
9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	66
9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda	67
10. ANEXOS E APÊNDICES	
11. ROL DE RESPONSÁVEIS	
12. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	
13. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	
13.1 Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal	
13.2 Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	
13.3 Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas	
13.4 Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento	
13.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	
13.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI	

Apresentação

O Centro de Tecnologia Mineral, ao apresentar o Relatório de Gestão do exercício 2016, cumpre seu compromisso de apresentar à sociedade e aos órgãos de controle, indicativos de sua atuação, no que se refere a sua missão institucional, que é desenvolver tecnologias inovadoras e sustentáveis, e mobilizar competências visando superar desafios nacionais do setor mineral.

A sistematização deste documento representa um intenso processo de levantamento, análise, seleção e registro das principais atividades realizadas no exercício de 2016, retratando as conquistas e desafios do CETEM.

A elaboração do relatório de gestão foi efetuado por um grupo de trabalho que contou com a participação e o apoio de representantes do Centro, envolvendo todas as áreas da estrutura organizacional. Nele, é possível identificar os inúmeros aspectos, quantitativos e qualitativos, resultantes do desenvolvimento das atividades dos seus macroprocessos.

A estruturação do documento obedeceu às orientações e atos normativos exarados pelos órgãos Auditores, compreendendo: Decisões Normativas TCU n.º 154 e n.º 156 de 2016, Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, alterada pela IN n.º 72/2013 e Portaria TCU nº 59/2017.

Visão Geral

3.1 Finalidades e competências

O CETEM realiza pesquisas com o intuito de inovar e desenvolver tecnologia para o setor minero-metalúrgico, que as utiliza em prol da sociedade, contribuindo para o crescimento econômico e para o desenvolvimento do País.

As pesquisas são voltadas para a caracterização química, mineralógica e tecnológica, o processamento mineral, processos metalúrgicos extractivos de rochas, minérios e minerais industriais, bem como para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias ambientais.

Contando com uma equipe de pesquisadores e tecnologistas qualificada, e como Instituto de Referência Internacional, desenvolve atividades de pesquisa em quase todos os estados da federação, com destaque para Pará, Bahia, Piauí, Ceará, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, além de desenvolvimento de projetos em Moçambique, Chile, Austrália, Alemanha, Canadá, França, Portugal, Espanha, Cuba, Itália, Japão, Zimbábwe dentre outros.

Como principais instalações, dispõe de Plantas Piloto de Processamento Mineral e de Processos Biotecnológicos e um grupo de laboratórios de caracterização química e tecnológica e de desenvolvimento de processos nas áreas de: *metalurgia extractiva e bioprocessos, tratamento de minérios, análises químicas, caracterização mineralógica e mineralogia de processo, caracterização e alterabilidade de rochas ornamentais, caracterização de agregados para a construção civil, materiais de referência certificados, ecotoxicologia aplicado a industria minero-metalúrgica, especiação de mercúrio ambiental, química de superfície, pesquisas gemológicas, modelagem molecular, biotecnologia e conservação de materiais pétreos de monumentos e edificações do patrimônio histórico.*

As competências do CETEM são reforçadas em sua missão e visão, modificadas em outubro de 2015 em função do plano estratégico que vem sendo estruturado para o horizonte institucional de 2017 a 2022. Estas envolvem desde análises físicas e químicas de substâncias minerais simples a estudos completos de caracterização físico-química, beneficiamento de minérios e desenvolvimento de processos metalúrgicos extractivos de todos os tipos de minérios, dos mais simples aos mais complexos, até o desenvolvimento de estudos direcionados para a minimização de impactos ambientais e sociais, além de recuperação das áreas degradadas.

Os principais elementos da missão são: (i) o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e sustentáveis — o CETEM atua na vanguarda do PD&I mineral, desenvolvendo e transferindo tecnologias sustentáveis de alto valor agregado para o

setor produtivo; (ii) a mobilização de competências — o CETEM não atua sozinho e, sim, exerce o papel de protagonista nas redes de PD&I em tecnologia mineral país; (iii) a superação de desafios nacionais — o CETEM traz contribuições relevantes para que o país possa superar os seus grandes desafios no setor mineral.

É missão do CETEM **"desenvolver tecnologias inovadoras e sustentáveis e mobilizar competências visando superar desafios nacionais do setor mineral"** com vistas a **"ser o centro da excelência em P,D&I de tecnologia mineral, reconhecido por sua contribuição estratégica para o País"**.

A instituição atende a demandas de grandes, médias, pequenas e micro empresas de mineração, seja individualmente, seja em conjunto aos Arranjos Produtivos Locais de base mineral, para os quais há equipe especializada de pesquisadores.

Também são contempladas atividades de apoio à indústria, como a produção de materiais de referência certificados e estudos econômicos prospectivos, que abrangem as exigências para a sustentabilidade ambiental e social do setor mineral.

Na área de meio ambiente realizam-se atividades de pesquisa e desenvolvimento em gestão e tecnologia ambiental, com foco na recuperação de áreas degradadas, avaliação dos impactos das atividades mineradoras e de seus passivos, recuperação de metais, reciclagem de materiais, tratamento de resíduos e efluentes industriais, aplicação de tecnologias mais limpas e biorremediação. Adicionalmente, são coordenados estudos interdisciplinares e multi-institucionais sobre contaminação ambiental e exposição humana.

Mais recentemente, inclui em suas atividades de PD&I a execução de estudos direcionados ao aproveitamento de fontes alternativas minerais, visando diminuir a dependência de importação de fertilizantes, tanto para a produção agrícola, quanto para a produção de bicompostíveis; ainda estudos para a conservação de materiais pétreos de monumentos e edificações do patrimônio histórico.

O Núcleo regional (Cachoeiro de Itapemirim/ES) desenvolve projetos relacionados à caracterização e alterabilidade de rochas ornamentais e de revestimento, além de projetos de aproveitamento de resíduos abundantes na região. A unidade desenvolve melhorias tecnológicas no processamento de rochas ornamentais e presta serviços para empresas locais. Além disso, se estrutura para o desenvolvimento de projetos de interesse regional na área de beneficiamento de calcários e agregados para construção civil, entre outros minerais industriais.

No Plano Nacional de Mineração (PNM) 2030, do Ministério de Minas e Energia (MME), é explicitada a necessidade de valorizar e fortalecer institucionalmente o CETEM, uma vez que

"(...) é a única instituição de C&T federal dedicada ao setor mineral com condições de contribuir para superar os grandes desafios tecnológicos para o

pleno aproveitamento dos bens minerais brasileiros, sobrepondo os interesses estratégicos nacionais aos de mercado”.

Ao longo de seus 38 anos, o CETEM participou de mais de 900 projetos tecnológicos e milhares de prestação de serviços para a quase totalidade do setor minero-metalúrgico público e privado brasileiro, além de atuar diretamente junto a empresas e órgãos internacionais.

3.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O CETEM – Centro de Tecnologia Mineral foi criado por meio da **Lei n.º 7.677/1988**¹, estrategicamente, pelo governo federal, para subsidiar a implementação de uma política da época, que visava substituir as importações de bens minerais e prover com soluções tecnológicas o setor minero metalúrgico do País. Suas competências estão descritas pelo seu Regimento Interno (**Portaria n.º 5.144/2016**²).

Além da lei de criação da unidade, o CETEM tem a sua atuação regida, principalmente, pelas seguintes normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada:

- **Lei n.º 10.973/2004:** dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.
- **Art. 93 da Lei n.º 9.279/96:** aplica-se o disposto neste Capítulo, no que couber às entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, federal, estadual ou municipal. (capítulo XIV da invenção e do modelo de utilidade realizado por empregado ou prestador de serviço).
- **Lei n.º 8.691/93:** estabelece o Plano de Carreira de Ciência e Tecnologia.
- **Decreto Lei n.º 200/67:** dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências.
- **Decreto Lei Nº 2.271, de 07 de julho de 1997:** dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundações, e dá outras providências.
- **Lei nº 10.683/2003:** dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, principalmente o que se refere ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

¹ Publicada no DOU de 24/10/1988, que dispõe sobre a criação pelo Poder Executivo, de entidade destinada a promover o desenvolvimento de tecnologia mineral e dá outras providências.

² Publicada no DOU n.º 219, de 16/11/2016, páginas 9 a 12, que aprova o Regimento Interno do Centro de Tecnologia Mineral.

3.3 Ambiente de Atuação

Os cidadãos-usuários potenciais e atuais do CETEM encontram-se segmentados em: (i) *instituições federais, estaduais e municipais*; (ii) *pessoa jurídica de grande porte*; (iii) *pessoa jurídica de pequeno porte*; (iv) *instituições de ensino e de ciência & tecnologia*; (v) *estudantes e profissionais de ciência, tecnologia & inovação*; e (vi) *sociedade*.

As principais formas de relacionamento do CETEM com suas partes interessadas são baseadas na utilização dos seguintes instrumentos:

- acordos de cooperação tecnológica;
- convênios específicos;
- contratos de prestação de serviço técnico-especializado;
- editais; e
- contratos de Transferência de Tecnologia.

O CETEM possui um grande número de parceiros que atuam na rede em troca de conhecimentos utilizando o contato direto dos Pesquisadores e dos colaboradores que atuam nas áreas Finalísticas do Centro.

O relacionamento do CETEM com suas partes interessadas encontra-se representado na figura a seguir:



Fig. 3.1 - Stakeholders do CETEM.
Adaptado de: EloGroup, 2015

O relacionamento interinstitucional do CETEM com suas partes interessadas promove:

- ✓ Instituições Federais, Estaduais e Municipais: Conhecimento tecnológico e realização de pesquisas para superação de grandes desafios nacionais no setor mineral; aumento da competitividade das empresas nacionais do setor mineral; conhecimento técnico para colaborar com a elaboração das políticas públicas para o setor mineral.

- ✓ Pessoa Jurídica de Grande Porte: Parceria em projetos de PD&I em tecnologia mineral; apoio técnico para suportar projetos operacionais no setor mineral; capacitação de recursos humanos qualificados em tecnologia mineral.

- ✓ Pessoa Jurídica de Pequeno Porte: Apoio à absorção de tecnologias pelas pequenas e médias empresas (PMEs) do setor mineral.
- ✓ Associações Empresariais: apoio à integração das empresas na cadeia produtiva do setor mineral.
- ✓ Instituições de Ensino e de Ciência & Tecnologia (C&T): Parcerias e compartilhamento de recursos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa; publicação de conhecimento técnico e científico de ponta.
- ✓ Estudantes e Profissionais de Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I): Oportunidades para atuação prática por meio do envolvimento em projetos e pesquisa em tecnologia mineral; acesso ao conhecimento em tecnologia mineral.
- ✓ Sociedade: Contribuição para o desenvolvimento econômico do setor mineral nacional e para a geração de empregos e riqueza; mitigação do impacto ambiental nas regiões de atividade de extração e processamento mineral.

A atuação exclusiva do CETEM em âmbito federal se soma ao posicionamento estratégico para o horizonte de 2017 a 2022, que se baseia em três pilares:

- Desenvolvimento de programas de pesquisa que abordam grandes desafios nacionais do setor mineral, a saber: Água, Energia e Resíduos; Terras Raras; Agrominerais e Rochas Ornamentais.
- Atuação protagonista na mobilização de competências públicas e privadas para superação dos desafios nacionais referenciados no ENCTI 2016-2022 e PNM 2030.
- Desenvolvimento de um Modelo Organizacional de excelência que suporte as atividades de PD&I.

3.4 Organograma

O CETEM possui o Seguinte Organograma Funcional:

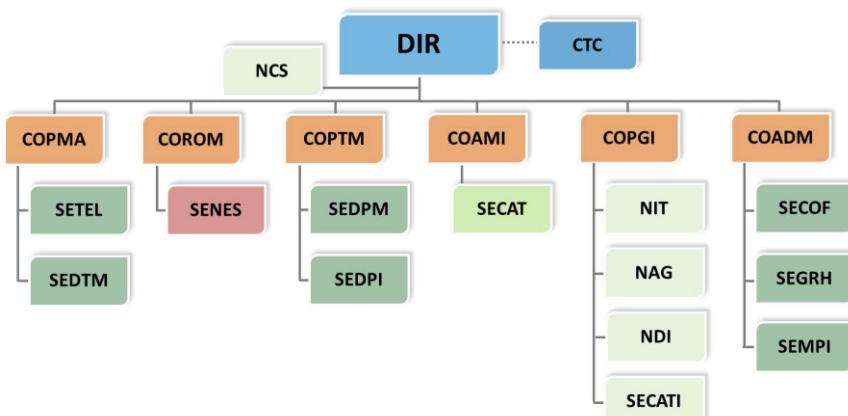


Fig. 3.2 – Organograma do CETEM
Disponível em: www.cetem.gov.br

A sua organização interna é composta pelas seguintes unidades:

- ✓ **Diretor:** planeja, coordena, dirige e supervisiona as atividades e exerce a representação do CETEM. Convoca e preside as reuniões do Conselho Técnico Científico.
- ✓ **CTC - Conselho Técnico Científico:** É a unidade colegiada com função consultiva e de assessoramento na implementação da política científica e tecnológica da unidade de pesquisa.
- ✓ **Coordenações:** As coordenações são responsáveis por planejar, coordenar e supervisionar, controlar e avaliar as atividades das respectivas unidades, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas.
- ✓ **Serviços:** Têm por incumbência supervisionar, controlar e orientar a execução das atividades decorrentes das competências de sua unidade, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes vierem a ser delegadas.
- ✓ **NIT:** O Núcleo de Inovação Tecnológica é uma Unidade prevista na lei n.º 10.973 (Lei de Inovação Tecnológica) e tem como função o apoio aos pesquisadores do Centro na proteção dos resultados de suas pesquisas, no zelo do cumprimento das políticas de inovação tecnológica, na interação com o setor público e privado e a prospecção de parceiros para transferência de tecnologia. O NIT está funcionando no CETEM desde 2012.

As principais competências e contribuições para os Resultados da Instituição constantes da Portaria MCTIC n.º 5.144/2016 encontram-se listadas na *Tabela 3.1*, a seguir.

Tabela 3.1
Principais competências e Contribuição para os Resultados da Instituição constantes da Portaria MCTIC n.º 5.144/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
DIR – Diretoria ▪ NCS – Núcleo de Comunicação Social	Estabelecer e divulgar a política, bem como os objetivos institucionais e da qualidade, zelar pela imparcialidade e pela isenção de conflitos de interesse nas atividades do Centro, colaborar com o MCTIC e demais órgãos governamentais correlatos no apoio à formulação da Política Nacional de Tecnologia Mineral e participar de Comissões Técnicas de assessoramento aos órgãos governamentais e regulamentadores	Fernando Lins	Diretor do CETEM	06/03/2016 a atual
COPMA - Coordenação de Processos Metalúrgicos e Ambientais ▪ SETEL - Serviço de Tecnologias Limpas ▪ SEDTM - Serviço de Desenvolvimento de Tecnologias Minerais	Planejamento, coordenação e supervisão da execução de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias nas áreas de metalurgia extractiva em geral, como pirometalurgia, hidrometalurgia e extração por solventes, tratamento de efluentes, biotecnologia, eletroquímica, reciclagem e áreas correlatas. Inclui a execução de projetos-piloto de desenvolvimento e aplicação de tecnologias destinadas ao emprego de processos de metalurgia extractiva e de melhoria e preservação ambiental, além do desenvolvimento e utilização de tecnologias limpas (extração de metais e tratamento de rejeitos contaminados).	Ronaldo Luiz Correa dos Santos	Coordenador de Processos Metalúrgicos e Ambientais	08/11/2004 a 27/09/2016
		Andrea Carmadella de Lima Rizzo		27/09/2016 até a presente data
COROM - Coordenação de Apoio Técnico às Micro e Pequenas Empresas ▪ SENES - Serviço do Núcleo Regional do Espírito Santo	Planejamento, coordenação e supervisão da execução de estudos, análises e pesquisas para o desenvolvimento de metodologias voltadas ao apoio técnico às micro e pequenas empresas. Busca solucionar problemas relacionados ao uso de tecnologias apropriadas, melhoria de produtividade, redução de desperdícios, preservação do meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico das comunidades envolvidas. Oferece apoio tecnológico às micro e pequenas empresas organizadas em Arranjos Produtivos Locais (APLs) de base mineral de forma direta, ou por meio de redes de apoio às quais o CETEM esteja associado.	Francisco Wilson de Hollanda Vidal	Coordenador de apoio Técnico à Micro e Pequenas Empresas	21/06/2013 a atual
COPTM - Coordenação de Processamento e Tecnologias Minerais ▪ SEDPI - Serviço de Desenvolvimento de Processos Industriais ▪ SEDPM - Serviço de Desenvolvimento de Novos Produtos Minerais	Planejamento, coordenação e supervisão da execução de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias na área de tratamento de minérios, incluindo processos físico-químicos e técnicas de modificação dos minerais para usos específicos. Inclui projetos e programas de desenvolvimento sustentável em atividades de mineração, com vistas à proteção do meio ambiente, ao estímulo e manutenção da economia.	Claudio Luiz Schneider	Coordenador de Processos Minerais	12/05/2011 a atual

<i>Áreas/ Subunidades Estratégicas</i>	<i>Competências</i>	<i>Titular</i>	<i>Cargo</i>	<i>Período de atuação</i>
COAMI - Coordenação de Análises Minerais ▪ SECAT - Setor de Caracterização Tecnológica	Planejamento, coordenação, supervisão, desenvolvimento, otimização e implementação de metodologias analíticas para os projetos de pesquisa em desenvolvimento no CETEM, nas áreas minero-metalúrgica e de controle do impacto ambiental. Inclui métodos analíticos clássicos e instrumentais, que visam à caracterização tecnológica de amostras de minérios, rochas, resíduos, ligas, produtos manufaturados, efluentes de origem ambiental e similares	Arnaldo Alcover Neto	Coordenador de Análises Minerais	30/10/2002 a 03/01/2017
COPGI - Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação ▪ SECAT - Seção de Tecnologia da Informação ▪ NAG - Núcleo de Apoio à Gestão ▪ NDI - Núcleo de Documentação e Informação ▪ NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica	Unidade de suporte ao Diretor na supervisão e coordenação das ações de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre ações das demais unidades do CETEM. É também responsável pela supervisão e coordenação das ações de acompanhamento e avaliação, quais sejam: Execução de planos anuais e plurianuais do órgão; Orientação, supervisão, elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico e de capacitação de recursos humanos destinados à criação de novos conhecimentos ou que atendam às necessidades específicas de setores de importância estratégica; Promoção da imagem institucional e divulgação dos processos e produtos do CETEM por meio de atividades de comunicação social, incluindo assessoria de imprensa, publicidade e participação em eventos em sua área de atuação; e a coordenação das atividades do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do CETEM	Cosme Antônio de Moraes Regly Coordenador: Robson de Araújo D'Ávila (rdavila@cetem.gov.br) Coordenador: Robson de Araújo D'Ávila (rdavila@cetem.gov.br)	Coordenador de Planejamento, Gestão e Inovação Coord. Substituto de Planejamento, Gestão e Inovação Coordenador de Planejamento, Gestão e Inovação	02/01/2015 a 02/05/2016 02/05/2016 a 30/12/2016 30/12/2016 até a presente data
COADM - Coordenação de Administração ▪ SECOF - Serviço de Orçamento, Finanças e Contabilidade ▪ SEGRH - Serviço de Gestão de Recursos Humanos ▪ SEMPI - Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura	Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas às áreas de recursos humanos, contabilidade, orçamento, finanças, material, patrimônio, almoxarifado, compras, suprimentos, importação, documentação, protocolo, arquivo, zeladoria, vigilância, transporte, manutenção, terceirização, serviços gerais e os demais aspectos administrativos, inclusive contratos e convênios; administrar o plano de contas e o plano operacional nos aspectos orçamentário, contábil e financeiro, bem como as suas atividades, de acordo com normas internas e legislação pertinente.	Durval Costa Reis	Coordenador de Administração	02/01/2015 a atual

3.5 Macroprocessos Finalísticos

No exercício de 2015 o CETEM adotou a metodologia de “Carta de Serviços”, instituída pelo Decreto n.º 6.932, de 11 de agosto de 2009, para elaboração de sua Carta de Serviços ao Cidadão, em atendimento aos requisitos de excelência em gestão pública preconizados pelo GESPÚBLICA. Para tanto, seguiu as orientações do seu Guia Metodológico, edição 03/2014, publicado pela Secretaria de Gestão Pública - SEGEP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, cujo apêndice VI instrui a elaboração de Planilhas de Apoio, dentre elas, a planilha de identificação e desdobramento dos macroprocessos institucionais.

A adoção da metodologia MPOG envolveu a participação de todas as coordenações e contou com o apoio irrestrito da alta direção, demonstrando o comprometimento da casa com os seus trabalhadores e suas atividades desempenhadas, com a melhoria contínua de seus padrões de atendimento ao público alvo, com a maior transparência em seus processos organizacionais e com a sua imagem perante a sociedade. Como resultado da adoção dos padrões de qualidade, em dezembro de 2015 o CETEM publicou em sua página institucional a 1.ª edição da Carta de Serviços ao Cidadão, instrumento que objetiva assegurar aos cidadãos suas principais formas de acesso.

Os macroprocessos, estabelecidos a partir das competências legais oriundas da Lei de Criação do CETEM (Lei n.º 7.677, de 21 de outubro de 1988) e do seu Regimento Interno (Portaria MCTIC n.º 5.144, de 14 de novembro de 2016), encontram-se identificados e descritos na *Tabela 3.2*, a seguir.

Tabela 3.2
Macroprocessos Finalísticos do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
PD&I em Tecnologia Mineral e Ambiental e Prestação de Serviço Tecnológico e Especializado (PSTE)	Desenvolvimento de P,D&I e PSTE em Metalurgia extrativa, biotecnologia ambiental e biominação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de processos em metalurgia extractiva; 2. Desenvolvimento e aplicação de processos de Biolixiviação de minérios; 3. Desenvolvimento e aplicação de processos de Biossolubilização de rochas para a liberação e produção de micro e macro nutrientes utilizados na agricultura 4. Desenvolvimento e aplicação de processos de Biorremediação para a descontaminação ambiental de solos e resíduos. 5. Desenvolvimento de processos para tratamento de efluentes e de drenagem ácida de mina (DAM). 6. Metalurgia Extrativa – Pirometalurgia (preparação de amostras, análise termodinâmica de processos, ensaios em fornos piloto contínuo e em batelada) e Hidrometalurgia (análise termodinâmica de processos, ensaios de bancada e piloto para as operações unitárias delixiviação simples e sob pressão, extração por solventes, troca iônica, cristalização e precipitação). 7. Meio ambiente – Melhoria e preservação ambiental, ensaios de bancada e piloto para tratamento de efluentes por processos passivos, mitigação na geração de drenagem ácida de mina, diagnóstico de impactos ambientais na mineração, e elaboração de projetos conceituais para empresas. <ol style="list-style-type: none"> 1. Projetos de pesquisa e desenvolvimento em escala de laboratório e de protótipos piloto a partir de processos de cominuição, concentração gravítica, separações magnética e eletrostática, flotação, desaguamento e secagem e disposição de rejeitos 2. Projetos de beneficiamento de minérios em escala piloto, com geração de dados necessários ao dimensionamento de usinas industriais, de preservação ambiental e sustentabilidade econômica 3. Estudos de pré-viabilidade técnica e econômica de projetos na área minero-metalúrgica e de meio ambiente 4. Trabalho de campo, envolvendo amostragem de minérios, avaliação do desempenho de usinas de beneficiamento, estudos de impacto ambiental 5. Projetos de pesquisa na área de fisico-química de interfaces e 	Governo, empresas universidades e demais institutos de pesquisa	Coordenação de Processos Metalúrgicos e Ambientais – COPMA Coordenador: Andrea Carmadella de Lima Rizzo (arizzo@cetem.gov.br) Telefone: (21) 3865-7201 / 2260-9154
	Desenvolvimento de P,D&I e PSTE em Processamento Mineral		Público em Geral, Instituições Públicas e Privadas, Empresas de mineração e metalurgia (grande/médio/pequeno porte), associações, cooperativas, centros de pesquisas, universidades, Governo Federal, Estadual e Municipal, distribuidores de materiais de referência, no Brasil e no exterior	Coordenação de Processamento e Tecnologias Minerais – COPTM Coordenador: Cláudio Luiz Schneider (cschneider@cetem.gov.br) Telefone: (21) 3865-7203

- sistemas coloidais
6. Desenvolvimento ou aperfeiçoamento de procedimentos de avaliação e especificação de novos produtos minerais baseados em processos de flotação e floculação, bem como na área de reciclagem de materiais e descontaminação de resíduos
 7. Serviços de caracterização físico-química de superfície de minerais e materiais, bem como pesquisas para modificar as propriedades superficiais visando novos usos
 8. Ensaios específicos e operações auxiliares como: amostragem, preparação e quarteamento, ensaios de cominuição (WI, DWT), análise granulométrica, testes de flotação em bancada e mini usina, classificação e peneiramento, filtração e desaguamento
 9. Cursos e treinamentos sobre operações unitárias envolvidas no processamento mineral
 10. Publicação de livros didáticos e séries sobre tecnologia mineral, rochas e minerais industriais
 11. Orientações de mestrado e doutorado em conjunto com Universidades conveniadas
 12. Produção de materiais de referência certificados de minérios e minerais
 13. Projetos integrados de contaminação ambiental e avaliação de risco à saúde humana
 14. P,D&I em avaliação de impactos ambientais e em metodologias analíticas
 15. Apoio técnico a pequena mineração de ouro
 16. Ecotoxicologia
 17. Análise de ciclo de vida (ACV)
 18. Produção de agregados reciclados
 19. Recursos minerais, territórios e sociedade

Desenvolvimento de P,D&I
e PSTE em
Caracterização Tecnológica
de Amostras Minerais

1. Caracterização química e mineralógica de amostras minerais envolvendo as técnicas principais de química clássica e instrumental, microscopias e análises textuais e de imagens.
2. P,D&I em caracterização tecnológica de amostras minerais

Desenvolvimento de P,D&I
e PSTE em
Mineração e Meio
Ambiente, com maior
especialização em Rochas

1. Unidade de tecnologia de rochas ornamentais e minerais industriais no Espírito Santo (laboratórios e planta piloto)
2. Apoio tecnológico para a melhoria da lavra de rochas ornamentais
3. P,D&I em beneficiamento de rochas ornamentais;

Coordenação de Análises Minerais
– COAMI

Órgãos de P&D e
governamentais, ICTs, empresas
do setor mineral, pesquisadores e
estudantes, cliente interno e
revistas especializadas em
caracterização tecnológica de
minérios e materiais

Órgãos governamentais, PMEs,
associações, cooperativas de
produtores e APLs de base
mineral, universidades e demais
institutos de P&D, pesquisadores

Coordenador: Arnaldo Alcover
Neto (alcover@cetem.gov.br)
Telefone: (21) 3865-7365 / 7366

Coordenação de Apoio Técnico às
Micro e Pequenas Empresas –
CATE

Coordenador: Francisco Wilson

<p>Ornamentais e Gemas</p>	<p>desenvolvimento de novos insumos e protótipos 4. Caracterização tecnológica de rochas ornamentais e estudos de alterabilidade 5. Caracterização de agregados para a construção civil 6. Laudos técnicos e avaliação de consumo de insumos para drawback 7. Identificação e caracterização de gemas e metais preciosos; emissão de laudos técnicos 8. Modelagem molecular 9. P,D&I para conservação de materiais pétreos de monumentos e edificações do patrimônio histórico 10. P,D&I para aplicação de resíduos de rochas ornamentais em diversos setores industriais.</p>	<p>e estudantes, pessoa física e atendimento interno.</p>
<p>Difusão do conhecimento</p>	<p>Divulgação e comunicação das atividades do CETEM</p>	<p>1. Serviço de Comunicação e Divulgação / Biblioteca 2. Serviço eletrônico de Informação ao Cidadão: e-SIC 3. Atendimento a solicitações por email (via formulário e conta institucional) 4. Recepção de instituições de ensino e pesquisa em visita às dependências do CETEM (Visitas Guiadas) 5. Cadastramento online para recebimento de Informativo CETEM 6. Divulgação de Material Institucional 7. Suporte à participação em eventos de Ciência e Tecnologia 8. Suporte ao elaboração de publicações técnico-científicas 9. Suporte à elaboração de cursos, conferências, seminários, visitas guiadas, workshops e outros eventos técnicos científicos</p> <p>Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação – COPGI Coordenador: Robson de Araújo D'Ávila (rdavila@cetem.gov.br) Telefone: (21) 3865-7362 / 3865-7294</p> <p>Governo, Empresas, Associações, Cooperativas, Universidades e demais ICTs, Escolas públicas e privadas, atendimento interno e cidadão.</p>

<i>Macroprocessos</i>	<i>Descrição</i>	<i>Produtos e Serviços</i>	<i>Principais Clientes</i>	<i>Subunidades Responsáveis</i>
Cooperação técnico científica nacional e internacional	Estabelecer atividades de Cooperação e de Intercâmbio Técnico Científico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação jurídica e técnica dos instrumentos e convênios, contratos e demais acordos firmados 2. Dar suporte à execução de projetos de pesquisa/ convênios, contratos e demais acordos a serem firmados. 	Governo, Empresas, Associações, Cooperativas, Universidades e demais ICTs, Institutos/Centros congêneres	Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação – COPGI Coordenador: Robson de Araújo D'Ávila (rdavila@cetem.gov.br) Telefone: (21) 3865-7362 / 3865-7294
Apoio a Formulação da Política Nacional de Tecnologia Mineral	Colaboração com o MCTIC e demais órgãos governamentais correlatos no apoio à formulação da Política Nacional de Tecnologia Mineral	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participar de Comissões Técnicas de assessoramento aos órgãos governamentais e regulamentadores 2. Elaborar relatórios e pareceres 	Governo Federal (MCTIC - SETEC, SCUP, SECIS, CNPq, CGEE; MME - Secretaria de Geologia, SGM, DTM, CPRM; MPOG, CGU, TCU, AGU); Governos estaduais e Municipais;	Diretoria Diretor: Fernando Antonio Freitas Lins (fernando.lins@cetem.gov.br) Telefone: (21) 3865-7296 / 2260-2837

Planejamento Organizacional e Resultados

4.1 Planejamento Organizacional

A unidade planeja sua atuação por meio do Planejamento Estratégico (PE) – CETEM, elaborado a cada cinco anos pelo NAG/COPGI, com base no Plano Plurianual do governo federal (PPA), Plano Nacional de Mineração (PNM), Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), análise crítica do PE anterior e do último ciclo de avaliação do Plano de Melhoria de Gestão (PMG). Ele é construído com a participação da Direção e Coordenações, além de representantes de todas as áreas da organização, que, em reuniões programadas seguindo práticas sistêmicas adotadas aceitas internacionalmente (Figura 4.1), definem as linhas de ação e orientadores estratégicos a serem perseguidos pelo Centro, bem como revisam a missão e visão institucionais, princípios e valores organizacionais, em consonância com as diretrizes federais.

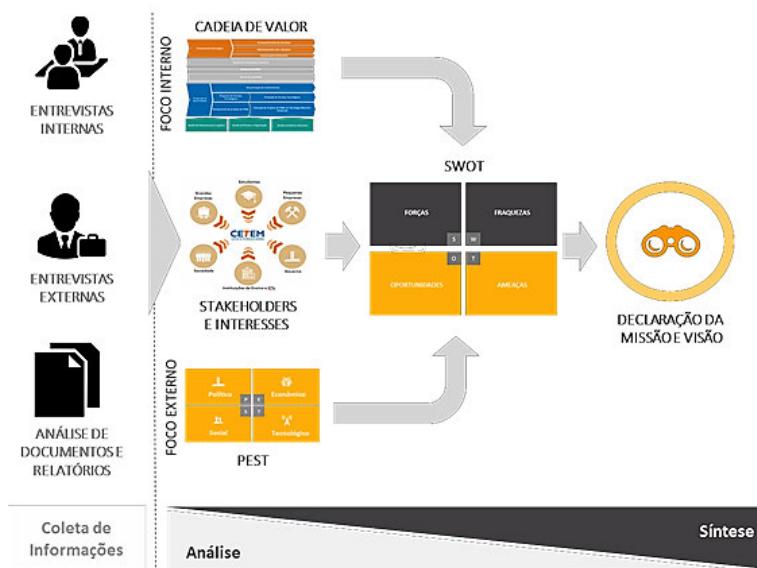


Figura 4.1 Planejamento Estratégico do CETEM
Adaptado de: EloGroup, 2015.

O PE é desdobrado, por fim, em Planos de Ações institucionais pelas Coordenações de área que passam a controlar as métricas intermediárias de suas responsabilidades, de modo a garantir o alcance das metas globais que são pactuadas nos Termos de Compromisso de Gestão (TCG), anualmente, junto ao Ministério de Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O PE do CETEM é construído com a participação da Direção e Coordenações, além de representantes de todas as áreas da organização, que, em reuniões programadas seguindo práticas sistêmicas adotadas aceitas internacionalmente.

Desde 2005, a DIREX e o CTC interno fazem a análise de contexto institucional, bem como de cenários elaborados junto à área responsável pela gestão da estratégia do Centro, agrupa-se os objetivos estratégicos segundo as categorias conceituais definidas em sintonia com a metodologia do

BSC. Nesse ponto o Grupo de Trabalho intitulado GPE identifica as responsabilidades de cada área no alcance dos objetivos estratégicos, desdobrando-se em planos de ações por Coordenações, e valida o mapa com o colegiado DIREX.

A partir de 2015, os projetos tecnológicos são identificados a partir da discussão e definição dos grandes Desafios Nacionais do setor de Mineração que devem ser priorizados pelo CETEM. Para cada um dos quatro desafios priorizados, é definido um programa estratégico que reúne um conjunto de projetos necessários para a superação do respectivo desafio. Assim, são elaborados Roadmaps (água, energia e resíduos; terras raras; rochas ornamentais; e agro minerais), nos quais os programas estratégicos são macro detalhados em planos de ação e impactos/resultados esperados (Figura 4.2).

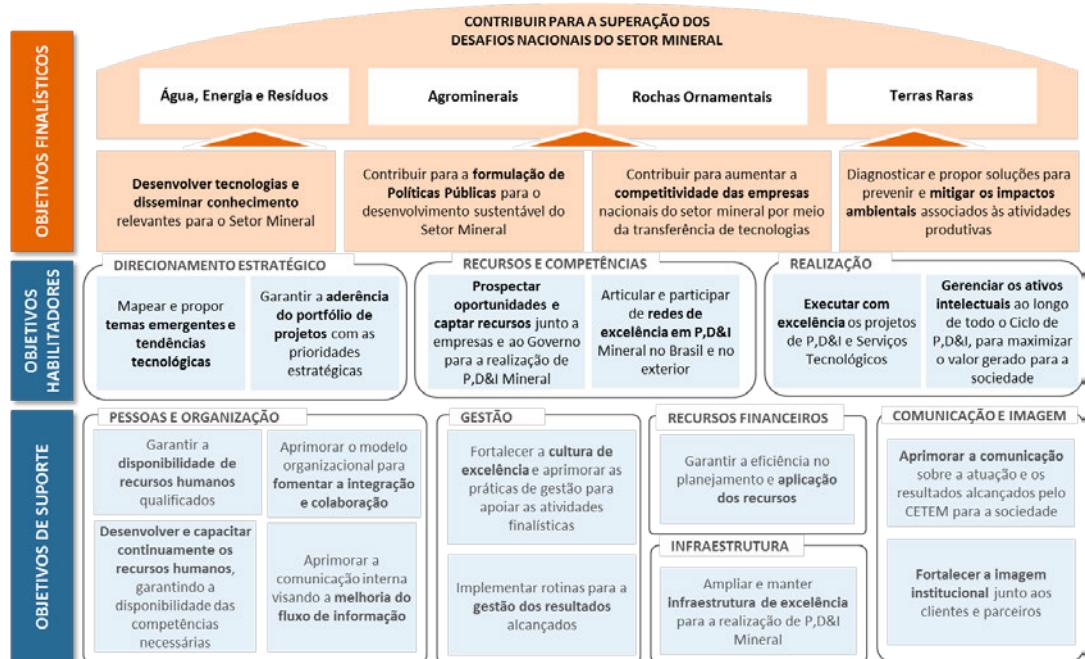


Figura 4.2 - Mapa Estratégico

Fonte: EloGroup 2016

Essas linhas/planos de ação formam a principal base de direcionamento das iniciativas de PD&I ao longo do ciclo correspondente. A definição das metas a serem alcançadas, relativas ao Mapa Estratégico, é acompanhada pela definição do seu monitoramento e do seu plano de comunicação, que inclui a estratégia e os indicadores.

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Planejamento Estratégico **2017-2021** contempla programas que atendam a demandas estratégicas do Governo e desafios tecnológicos do setor produtivo. Prevê-se um modelo de gestão mais dinâmico para atender com flexibilidade a mudanças de prioridades. Um Plano Científico e Tecnológico, a ser atualizado anualmente, define os objetivos específicos e projetos para os próximos cinco anos.

Os desafios e projetos do novo PDU, **ainda em desenvolvimento e elaboração**, estão sintonizados com as diretrizes da Política Nacional de CT&I e alinhados com a Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2019). O Centro também se alinha às políticas industriais vigentes e ao Plano Nacional de Mineração 2030.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

As competências do CETEM são reforçadas em sua missão e visão, modificadas em outubro de 2015 em função do plano estratégico que vem sendo estruturado para o horizonte institucional de 2016 a 2025. Estas envolvem desde análises físicas e químicas de substâncias minerais simples a estudos completos de caracterização físico-química, beneficiamento de minérios e desenvolvimento de processos metalúrgicos extractivos de todos os tipos de minérios, dos mais simples aos mais complexos, até o desenvolvimento de estudos direcionados para a minimização de impactos ambientais e sociais, além de recuperação das áreas degradadas.

Os principais elementos da missão são:

- i) o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e sustentáveis — o CETEM atua na vanguarda do PD&I mineral, desenvolvendo e transferindo tecnologias sustentáveis de alto valor agregado para o setor produtivo;
- ii) a mobilização de competências — o CETEM não atua sozinho e, sim, exerce o papel de protagonista nas redes de PD&I em tecnologia mineral país;
- iii) a superação de desafios nacionais — o CETEM traz contribuições relevantes para que o país possa superar os seus grandes desafios no setor mineral.

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A estratégia e seus desdobramentos são monitorados por meio de indicadores e comunicados nas reuniões semanais da DIRETEC e DIREX. As comunicações às partes interessadas são feitas por meio dos Relatórios de Gestão (RG) e Termos de Compromisso de Gestão (TCG's), elaborados anualmente - disponibilizados no Portal do CETEM e entregues à DPO/MCTIC, além dos relatórios de encerramento de projetos — contendo suas métricas próprias e específicas — que são entregues diretamente às respectivas partes interessadas pelos Coordenadores de Projetos. Os referidos documentos podem ser acessados no seguinte link do site institucional: <http://www.cetem.gov.br/documentos-de-gestao>.

Explicando mais detalhadamente, desde 2002, os processos gerenciais são acompanhados, monitorados e aperfeiçoados com base em duas rotinas distintas, com periodicidade anual e semestral. São elas: o TCG (premissas), em que são pactuadas semestralmente metas e resultados, fixados de comum acordo junto ao DPO/MCTIC, para cada exercício, aferidos mensalmente por meio de indicadores específicos e quantificados, que são consolidados e inseridos pelo NAG/COPGI no relatório de prestação de contas anual do TCG — enviado a DPO/MCTIC; a Descrição das atividades exercidas no período, realizada pelos Chefes de Serviço da COADM e consolidado no NAG/COPGI, segundo roteiro padrão definido pelo Governo Federal, na forma de Relatório de Gestão, que é enviado anualmente como prestação de contas ao TCU em atendimento à Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Além do TCG e RG TCU, desde 2012, o Relatório de Autoavaliação e o Plano de Melhoria da Gestão do GESPÚBLICA, sob responsabilidade do NAG/CPGI, são instrumentos sistemáticos de acompanhamento dos processos de sustentação/apoio do CETEM.

Os indicadores de desempenho institucionais globais que **monitoram a estratégia do CETEM**, disponíveis no TCG, serão descritos no item 4.4.

4.3 Desempenho Orçamentário

4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação												
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial											
Código	19.571.2021.4128											
Título	Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM											
*Iniciativa	0182											
Objetivo	0403											
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação											
Unidade Orçamentária	Código: 2021 Tipo: Atividade											
Ação Prioritária	24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações - MCTIC											
	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria											
	() Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
1.854.467,00	1.854.467,00	1.788.908,42	1.336.363,70	1.180.154,26	155.519,25	452.544,72						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta								
				Prevista	Reprogramada	Realizada						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada							
500.440,07	467.840,84	28.962,73										

Tabela 4.1 - Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS. Fonte: Tesouro Gerencial, 2017.

4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O recebimento, com fluxo adequado, dos recursos acabou por superar o aprovado na Lei Orçamentária Anual de 2016 - LOA n.º 13.255 de 14/01/2016, que previa uma dotação de **R\$ 7.283.165,00** (sete milhões duzentos e oitenta e três mil e cento e sessenta e cinco reais), para as despesas de Custeio e Capital. Os limites de empenho determinados a partir da publicação do Decreto n.º 8.670/16 de 12/02/2016 e PO n.º 67 do MPOG de 01/03/2016 autorizou a aplicação de **R\$ 9.525.848,00** (nove milhões quinhentos e vinte e cinco mil e oitocentos e quarenta e oito reais), dos quais R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) corresponde à arrecadação de receita própria (Fonte 150):

Itens	Lei	Limite de Empenho
Fonte 100	R\$ 7.083.165,00	R\$ 9.525.848,00
Gestão Administrativa	R\$ 5.403.266,00	R\$ 7.845.849,00
1 – Custeio	R\$ 5.193.269,00	R\$ 7.635.952,00
2 – Capital	R\$ 209.997,00	R\$ 209.997,00
Ação Finalística	R\$ 1.679.899,00	R\$ 1.679.899,00
1 – Custeio	R\$ 938.080,00	R\$ 938.080,00
2 – Capital	R\$ 741.819,00	R\$ 741.819,00
Fonte 150	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00

Ação Administrativa	R\$ 25.432,00	R\$ 25.432,00
1 – Custeio	R\$ 25.432,00	R\$ 25.432,00
2 – Capital	R\$ 0,00	R\$ R\$ 0,00
Ação Finalística	R\$ 174.568,00	R\$ 174.568,00
1 – Custeio	R\$ 174.568,00	R\$ 174.568,00
2 – Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL	R\$ 7.283.165,00	R\$ 9.725.848,00

Tabela 4.2 - Limite de empenho referente às Fontes 100 e 150 – 2015. Outras Fontes – 2016

Origem dos Recursos Extra-orçamentários	R\$
Convênios com Destaque Orçamentários	-
Outros Convênios	-
Contratos e Serviços (via Fundações)	3.136.702,39
Fundos Setoriais, Fundações, Agências e Programas de Fomento à Pesquisa, TED, Fonte 150	1.043.500,00
Participação em Projetos como Parceiro	-
Outros	102.621,31
TOTAL	4.282.823,70

Tabela 4.3 – Origem dos recursos Extra Orçamentários. SEOFI – 2016

Comentários Adicionais:

1 – No segundo semestre de 2016, ocorreu o descontigenciamento do Orçamento do MCTIC. Logo, a dotação orçamentária do CETEM passou para o valor de R\$ 9.725.848,00 mil, para despesas de Custeio e Capital, sendo esta bem menor que 2015. Graças a estes recursos foi possível manter a adimplência com fornecedores mesmo diante do cenário econômico nacional, que se mostrou bastante difícil, possibilitando, com grande esforço, o alcance da grande maioria das metas pactuadas neste TCG.

2 – As receitas de outras fontes provenientes de convênios, contratos e serviços e outros totalizaram R\$ 4.283 mil, conforme discriminado na tabela 2.

3 – O orçamento proveniente de Termos de Execução Descentralizada – TEDs foi de R\$ 1.043 mil, dois quais R\$ 500 mil provenientes da SCUP, R\$ 528 mil da SETEC e R\$ 15 mil do MME. Do total recebido por TED, R\$ 951 mil foram aplicados diretamente em P,D&I e R\$ 92 mil foram utilizados para apoio a participação do CETEM em Simpósios e Seminários do setor mineral como Simpósio de Rochas Ornamentais do Nordeste, IV Simpósio de Minerais Industriais, XIII Seminário Nacional de APL'S de Base Mineral, X Encontro da Rede APL Mineral, Semana Nacional de C,T&I entre outros.

4 – O Centro recebeu um total de R\$ 3.136 mil provenientes de projetos contratados via Fundações de pesquisa, dos quais R\$ 2.074 mil foram contratados via FACC (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica), R\$ 879 mil via BIO-RIO (Pólo de Biotecnologia do Rio de Janeiro) e R\$ 183 mil via FUNCATE (Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais).

5 – O valor de R\$ 102 mil discriminado no campo denominado “outros” refere-se a dois valores de R\$ 40 mil e R\$ 62 mil recebidos do MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins) e do INT (Instituto Nacional de Tecnologia) respectivamente como repasse em decorrência uma sobra orçamentária dessas instituições.

4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve ocorrência no exercício 2016.

4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 (d) = (a-b-c)
2015	457.422,13	457.422,13	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)
2015	2.515.780,96	2.253.863,48	2.253.863,48	112.599,65
2014	2.236,44	2.223,24	2.223,24	25.036,28
2013	0,00	0,00	0,00	16.634,79

Tabela 4.4 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores. Fonte: Siafi Operacional,2017.

ANÁLISE CRÍTICA

Não houve impactos na gestão financeira da UPC no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores.

A razão que levou a permanência de RP Não Processados de 2015, deveu-se aos problemas relacionados aos eventuais erros em notas fiscais, que impedem o seu pagamento e serviços de manutenção corretiva de equipamentos laboratoriais contratados e não realizados no devido tempo, devido a falta de peças de reposição, que precisavam ser importadas.

Nota Explicativa: A diferença no valor R\$ 41.657,87 (Quarenta e um mil, seiscentos e cinqüenta e sete reais e oitenta e sete centavos) na coluna de montante em 1º de janeiro de 2016, nos exercícios de 2013 e 2014, refere-se aos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar Bloqueados por Decreto no final do exercício de 2015.

4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Não houve ocorrência no exercício 2016.

4.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Despesas por modalidade de licitação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	4.923.592,13	12,24	5.508.406,68	13,29	4.291.994,34	11,25	4.086.494,03	10,68
a) Convite	0,00		0,00		0,00		0,00	
b) Tomada de Preços	0,00		0,00		0,00		0,00	
c) Concorrência	0,00		0,00		0,00		0,00	
d) Pregão	4.923.592,13	12,24	5.508.406,68	13,29	4.291.994,34	11,25	4.086.494,03	10,68
e) Concurso	0,00		0,00		0,00		0,00	
f) Consulta	0,00		0,00		0,00		0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00		0,00		0,00		0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	5.707.628,71	14,19	7.049.454,76	17,00	4.257.358,42	11,17	5.258.782,88	13,76
h) Dispensa	4.923.736,75	12,24	6.543.417,12	15,78	3.794.022,71	9,95	4.859.806,93	12,72
i) Inexigibilidade	783.891,96	1,95	506.037,64	1,22	463.335,71	1,22	398.975,95	1,04
3. Regime de Execução Especial	0,00		0,00		0,00		0,00	
j) Suprimento de Fundos	0,00		0,00		0,00		0,00	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	29.578.444,66	73,57	28.888.942,45	69,71	29.578.444,66	77,58	28.888.942,45	75,56
k) Pagamento em Folha	29.559.994,46	73,52	28.860.246,36	69,64	29.559.994,46	77,53	28.860.246,36	75,48
l) Diárias	18.450,20	0,05	28.696,09	0,07	18.450,20	0,05	28.696,09	0,08
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	40.209.665,50	100	41.446.803,89	100	38.127.797,42	100	38.234.2019,36	100
6. Total das Despesas da UPC		100		100		100		100

Tabela 4.5 – Despesas por modalidade de licitação. Fonte: x, 2017.

4.3.6 Informações sobre a execução das despesas

Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vencimento e Vantagem Fixa	6.413.899,78	6.445.102,08	6.413.899,78	6.445.102,08	-	-	-	-
Obrigações Patronais	2.129.495,25	2.045.532,87	2.129.495,25	2.045.532,87	-	-	-	-
Ressarcimento com despesas e Pessoal requisitado	321.485,32	333.106,96	321.485,32	333.106,96	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	9.715.058,78	9.469.088,75	9.715.058,78	9.469.088,75	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
Locação de Mão de Obra	5.763.730,65	6.062.541,73	5.478.516,27	5.468.243,27	285.214,38	594.298,46	4.871.265,75	5.281.282,08
O.S.T. Pessoa Jurídica	3.043.279,29	2.786.646,19	2.682.924,44	2.644.766,05	360.354,85	141.880,14	2.575.334,32	2.493.045,45
Material de Consumo	741.049,99	377.859,79	231.813,92	268.774,39	509.236,07	109.085,40	207.037,76	255.943,05
Demais elementos do grupo	490.484,27	1.030.261,21	489.484,27	892.465,96	1.000,00	137.795,25	489.309,97	892.465,96
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Equipamentos e Mat. Permanente	645.822,99	824.365,58	517.167,01	395.329,02	128.655,98	429.036,56	512.377,01	297.808,02
O.S.T. Pessoa Jurídica	82.564,12	14.712,01	82.564,12	8.376,00	0,00	6.336,01	29.564,12	7.288,00
Despesas de Exerc. Anteriores	0,00	189.574,61	0,00	189.574,61	0,00	0,00	0,00	189.574,61
Demais elementos do grupo	0,00	5.850,00	0,00	5.850,00	0,00	0,00	0,00	5.850,00

Tabela 4.6 - Despesas por grupo e elementos de despesa. Fonte: Tesouro Gerencial, 2017.

4.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho (TCG)

Indicadores	Série Histórica				Peso	Pactuado	Realizado	(%)	Nota	Pontos	H=A*G	Obs
	2013	2014	2015	Unidade								
Físicos e Operacionais												
1. IGPUB – Índice Geral de Publicações	1,63	2,09	1,96	Pub/téc	3	2,00	2,25	112	10	30		
2. IPUB – Índice de Publicações	0,31	0,45	0,37	Pub/téc	3	0,40	0,31	78	6	18		
3. PcTD – Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidas	1,04	2,37	2,12	N.º/téc	3	1,75	3,07	175	10	30		
4 APME – Apoio a Micro, Pequena e Média Empresas	0,50	0,88	0,69	N.º/téc	3	0,50	1,35	270	10	30		
5. IPIn – Índice de Propriedade Intelectual	0,070	0,093	0,061	N.º Ped/téc	3	0,067	0,078	116	10	30		
6. IFATT – Índice Financ. de Atendimento e Transfer.Tecnologia	85.166	101.664	110.813	R\$/téc	3	50.000	61.503	123	10	30		
7. PPACI – Progr., Proj. e Ações de Cooperação Internacional	10	19	20	N.º	2	21	21	104	10	20		
8. PPACN – Progr., Projetos e Ações de Cooperação Nacional	25	38	47	N.º	2	49	51	104	10	20		
Administrativo-Financeiros												
9. APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	27	20	23	%	2	10	11	110	10	20		
10. IEO – Índice de Execução Orçamentária	98,3	99,5	99,5	%	3	100,0	99,1	99	10	30		
11. RRP – Relação entre Receita Própria e OCC	80	73	65	%	2	50	49	98	10	20		
12. ILR – Índice de Licitações Realizadas	17	18	44	%	-	30	42	140	10	-		
13. IMG – Índice de Maturidade de Gestão	-	133	156	N.º	-	170	?	?	0	-	(*)	
Recursos Humanos												
14. ICT – Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento	2,3	2,1	1,5	%	2	1,2	2,4	200	10	20		
15. PRB – Participação Relativa de Bolsistas	43	43	53	%	0	40	48	120	10	0		
16. PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	51	50	51	%	0	50	47	94	9	0		
Sociedade												
17. IDTIS – Indicador de Difusão Tecnológica de Interesse Social	95	68	94	N.º	2	60	77	128	10	20		
Desempenho Global												
Totais (Pesos e Pontos)						33					318	
Nota Global (Total de Pontos / Total de Pesos)											9,63	
EXCELENTE												

(*) O resultado da avaliação deve ser divulgado em abril de 2017 pelo PQ-Rio.

Tabela 4.7 – Quadro de acompanhamento do TCG. Fonte: COPGI, 2017.

Indicadores Físicos e Operacionais	Resultados	
	Previsto	Executado
IGPUB	2,00	2,25
NGPB	120	115
TNSE	60	51
IPUB	0,40	0,31
NPSCI	24	16
TNSE	60	51
PcTD	1,75	3,07
NPTD	105	157
TNSE	60	51
APME	0,50	1,35
NAPME	30	69
TNSE	60	51
IPIn	0,067	0,078
NP	4	4
TNSE	60	51
IFATT	50.000	61.503
Valor (R\$)	3.000.000	3.136.702
TNSE	60	51
PPACI	21	21
NPPACI	21	21
PPACN	49	51
NPPACN	49	51
Indicadores Administrativos e Financeiros		
APD (%)	12	11
DM (R\$)		7.794.116
OCC (R\$)		8.729.621
IEO (%)	100,0	99,1
VOE (R\$)		9.638.743
OCCe (R\$)		9.725.848
RRP (%)	50	49
RPT (R\$)		4.309.859
OCC (R\$)		8.729.621
ILR (%)	30	42
VTL		4.114.322
OCCe (R\$)		9.725.848
IMG (N.º)	170	?
PG		?
Indicadores de Recursos Humanos		
ICT (%)	1,2	2,4
ACT (R\$)		211.517
OCCe (R\$)		8.729.621
PRB (%)	40	48
NTB		97
NTS		107
PRPT (%)	50	47
NPT		94
NTS		107
Indicador de Inclusão Social		
IDTIS	60	77
NMEA	60	77

Tabela 4.8 - Resultados Obtidos. Fonte: COPGI, 2017.

CONCEITUAÇÃO TÉCNICA DOS INDICADORES

A. Indicadores Físicos e Operacionais - Análise Individual

IGPUB - Índice Geral de Publicações

$$\text{IGPUB} = \text{NGPB} / \text{TNSE}$$

Unidade: n.º de publicações por técnico, com duas casas decimais

NGPB = (N.º de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados) + (N.º de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional) + (N.º de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional) + (N.º de capítulo de livros), no ano (incluindo o n.º de publicações em séries CETEM).

TNSE = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

Memória de Cálculo:

$$\begin{aligned} \text{NGPB} &= 115 \\ \text{TNSE} &= 51 \\ \text{IGPUB} &= \text{NGPB} / \text{TNSE} \end{aligned}$$

Resultado:
IGPUB = 2,25
Previsão = 2,00

Justificativa: a redução do TNSE previsto na pactuação e o contabilizado no final do exercício (a menor) contribuiu para o que o resultado previsto fosse alcançado na sua totalidade.

Obs: considerar somente as publicações e textos efetivamente publicados no período. Resumos expandidos não devem ser incluídos. Os técnicos atuantes no indicador devem ser listados em anexo.

IPUB - Índice de Publicações

$$\text{IPUB} = \text{NPSCI} / \text{TNSE}$$

Unidade: n.º de publicações por técnico, com duas casas decimais

NPSCI = N.º de publicações em periódicos, com ISSN, indexados no SCI, ou no Qualis CAPES, classificado como B2 ou superior, no ano.

TNSE = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

Memória de Cálculo:

$$\begin{aligned} \text{NPSCI} &= 16 \\ \text{TNSE} &= 51 \\ \text{IPUB} &= \text{NPSCI} / \text{TNSE} \end{aligned}$$

Resultado:
IPUB = 0,31
Previsão = 0,40

Justificativa: o resultado alcançado não atingiu a meta devido a dificuldades encontradas pelos pesquisadores na publicação em jornais e revistas indexadas. O resultado está 25% abaixo do pactuado.

Obs: considerar somente as publicações e textos efetivamente publicados no período. Resumos expandidos não devem ser incluídos. Os técnicos atuantes no indicador devem ser listados em anexo.

PcTD - Índices de Processos e Técnicas Desenvolvidos

$$\text{PcTD} = \text{NPTD} / \text{TNSE}$$

Unidade: n.º de técnicos, com duas casas decimais

NPTD = N.º total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano, medidos pelo número de relatórios finais produzidos.

TNSE = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

Memória de Cálculo:

$$\begin{aligned} \text{NPTD} &= 157 \\ \text{TNSE} &= 51 \\ \text{PcTD} &= \text{NPTD} / \text{TNSE} \end{aligned}$$

Resultado:
PcTD = 3,07
Previsão = 1,75

Justificativa: o resultado alcançado não atingiu a meta devido a dificuldades encontradas pelos pesquisadores na publicação em jornais e revistas indexadas. O resultado está 25% abaixo do pactuado. O indicador alcançou um n.º muito superior ao previsto no início do ano devido ao grande numero de relatórios técnicos produzidos em decorrência da execução do Programa “Entidades Associadas” que envolveu professores e estudantes em três projetos que envolveram a Universidades Federadas de Campina Grande, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Pernambuco e o Instituto Federal do Espírito Santo.

OBS: os técnicos do indicador deverão ser listados, em anexo, com seus respectivos cargos/funções. Exclui-se, neste indicador, o estágio de homologação do processo, protótipo, software ou técnica que, em algumas UPs, se segue à conclusão do trabalho. Tal estágio poderá, eventualmente, constituir-se em indicador específico para a UP. Da listagem comprobatória deverão constar os nomes

dos responsáveis.

APME – Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas

$$\text{APME} = \text{NPTDAPME} / \text{TNSE}$$

Unidade: n.º total de processos e técnicas por técnico, com duas casas decimais

NPTDAPME = (N.º de Processos e Técnicas Desenvolvidos de interesse das Micro, Pequena e Média Empresas, conforme definição do SEBRAE) + (NER = N.º de estudos realizados de interesse das Micro, Pequenas e Médias empresas), ambos medidos pelo N.º de relatórios finais concluídos, no ano.

TNSE = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

Justificativa: o indicador alcançou um nível muito acima do previsto, pois, assim como o indicador PCTD, ele também foi fortemente impactado pelo programa “Entidades Associadas” cujos projetos em sua maioria eram voltados ao atendimento às pequenas e médias empresas.

IPIn - Índice de Inovação

$$\text{IPIn} = \text{NP} / \text{TNSE}$$

Unidade: n.º de pedidos de patente por técnico, com três casas decimais.

NP = (N.º de pedidos de privilégio de patente, protótipos, softwares, modelos de utilidade e direitos autorais, protocolados no país e no exterior) + (N.º de patentes concedidas no país e no exterior), no ano.

TNSE = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

Memória de Cálculo:

$$\begin{aligned} \text{IPIn} &= \text{NP} / \text{TNSE} \\ \text{NP} &= 4 \\ \text{TNSE} &= 51 \end{aligned}$$

Resultado:

$$\begin{aligned} \text{IPIn} &= 0,078 \\ \text{Previsão} &= 0,067 \end{aligned}$$

IFATT – Índice Financeiro de Atendimento e Transferência de Tecnologia

$$\text{IFATT} = \text{VALOR} / \text{TNSE}$$

Unidade: R\$ mil / N.º de técnicos, com duas casas decimais

Valor = (\sum dos valores dos contratos de licenciamento para exploração de patentes – se houver) + (contratos de fornecimento de tecnologias industriais) + (contratos de prestação de serviços de assistência técnica e científica) + (contratos de P&D firmados com o setor produtivo, considerados pelo valor do efetivo ingresso financeiro – regime de caixa – no ano, por meio da UP, suas respectivas fundações e similares).

TNSE = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

Memória de Cálculo:

$$\begin{aligned} \text{Valor} &= \text{R\$ } 3.136.702 \\ \text{TNSE} &= 51 \\ \text{IFATT} &= \text{VALOR} / \text{TNSE} \end{aligned}$$

Resultado:

$$\begin{aligned} \text{IFATT} &= \text{R\$ } 61.503 \\ \text{Previsão} &= \text{R\$ } 50.000 \end{aligned}$$

PPACI – Índices de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Internacional

$$\text{PPACI} = \text{NPPACI}$$

Unidade: n.º de programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano, a serem listados pela Unidade de Pesquisa. Em apêndice próprio, será apresentada lista com nome e o país das instituições estrangeiras. No caso de organismos

internacionais, será omitida a referência ao país.

NPTDAPME = (N.º de Processos e Técnicas Desenvolvidos de interesse das Micro, Pequena e Média Empresas, conforme definição do SEBRAE) + (NER = N.º de estudos realizados de interesse das Micro, Pequenas e Médias empresas), ambos medidos pelo N.º de relatórios finais concluídos, no ano.

TNSE = \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.

Obs: considerar apenas os Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras, ou seja, que estejam em desenvolvimento efetivo, excluindo-se, portanto, aqueles programas e projetos que dependem da assinatura de um documento institucional. Como documento institucional/formal entende-se, também, cartas, memos e similares assinados/acolhidos pelos dirigentes da instituição nacional e sua respectiva contraparte estrangeira.

PPACN – Índices de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Nacional

$$\text{PPACN} = \text{NPPACN}$$

Unidade: n.º de Programas, Projetos e Ações, sem casa decimal.

NPPACN = N.º de Programas, projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano a serem listados pela Unidade de pesquisa.

Memória de Cálculo:

$$\text{PPACN} = \text{NPPACN}$$

Resultado:

$$\text{PPACN} = 51$$

Previsão = 49

Obs: conceito similar ao PPACI, considerando-se as partes e contrapartes nacionais.

B. Indicadores Administrativos e Financeiros - Análise Individual

APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento

$$\text{APD} = \{1 - (\text{DM}/\text{OCC})\} * 100$$

Unidade: %, sem casa decimal.

DM = DM = \sum das despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefone e pessoal administrativo terceirizado, no ano.

OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as fontes 100/150.

Memória de Cálculo:

Memória de Cálculo:
DM = R\$ 7.794.116,77
OCC = R\$ 8.729.621,56

Resultado:

$$\text{APD} = 11\%$$

Previsão = 12%

Justificativa: embora tenhamos ficado próximos da meta, o CETEM não atingiu a meta estabelecida no início do ano devido à crescente demanda da despesa fixa do centro, tal fato impossibilitou maiores aplicações em P,D&I.

Obs: considerar todos os recursos oriundos das dotações de outros OCC, das fontes 100 e 150, efetivamente empenhados. Além das despesas administrativas de menor vulto e todas aquelas necessárias à manutenção das instalações, campi, parques e reservas que eventualmente foram mantidos pela UP.

IEO – Índice de Execução Orçamentária

$$\text{IEO} = \text{VOE} / \text{OCCe} * 100$$

Unidade: %, com uma casa decimal.

VOE = Σ dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados.

OCCe = Limite de Empenho Autorizado

Memória de Cálculo:

VOE = R\$ 9.638.743,00
OCCe = R\$ 9.725.848,00

Resultado:
IEO = 99,1
Previsão = 100,0

Justificativa: o resultado obtido foi abaixo do pactuado, porém muito próximo. A modificação no conceito do indicador que considera o montante empenhado (antes era empenhado e liquidado) contribuiu para o resultado alcançado.

RRP – Relação entre Receita Própria e OCC

$$\text{RRP} = \text{RPT}/\text{OCC} * 100$$

Unidade: %, sem casa decimal.

RPT = Receita Própria Total incluindo a Receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extra-orçamentários e as que ingressam via fundações, em cada ano (inclusive Convênios e Fundos Setoriais de Apoio à Pesquisa).

OCC = A soma das dotações de Custo e Capital, inclusive as das fontes 150/250.

Memória de Cálculo:

RRP = $\text{RPT}/\text{OCC} * 100$
RPT = R\$ 4.309.859,31
OCC = R\$ 8.729.621,56

Resultado:
RRP = 49
Previsão = 50

Justificativa: o resultado alcançado foi muito próximo ao alcançado, porém, não foi atingido em virtude da crise econômica que atingiu o setor metalúrgico e dificultou a captação de recursos via Fundações de apoio.

Obs: na receita própria total (RPT), foram incluídos os recursos diretamente arrecadados via (fonte 150): Convênios, recursos extra-orçamentários oriundos de fundações, fundos e agências, Termos de execução descentralizada – TED e excluídos os auxílios individuais concedidos diretamente aos pesquisadores pelo CNPq.

ILR – Índice de Licitações Realizadas

$$\text{ILR} = \text{VTL} / \text{OCCe} * 100$$

Unidade: %, sem casa decimal.

VTL (Valor total Licitado) = Σ dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados no exercício, provenientes de processos licitados, excetuando-se os casos nos quais se aplicam a inexigibilidade e a dispensa de licitação.

OCCe = Limite de Empenho Autorizado.

Memória de Cálculo:

VTL = R\$ 4.114.322,62
OCCe = R\$ 9.725.848,00

Resultado:
ILR = 42,30
Previsão = 30

Justificativa: No ano de 2016 não ocorreram licitações e todos os valores de custeio e capital efetivamente empenhados no exercício são provenientes de licitações anteriores. No ano de 2016 todas as aquisições acima de R\$ 8 mil ocorreram por adesão à Ata de Registro de Preços, inexigibilidade ou através de dispensa com base no inciso XX do Art.6º e inciso XXI do Art. 24 da Lei nº 8.666/93 que foram incluídos pela lei nº 13.243 de 2016, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e altera várias leis, entre elas a 8.666/93.

IMG = Índice de Maturidade de Gestão

$$\text{IMG} = \text{PG}$$

Unidade: nº, sem casa decimal.

IMG = Indicador de nível de maturidade de Gestão alcançado pelo CETEM, baseado no Instrumento de Avaliação de Gestão Pública (IAGP) 500 pontos do Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP/GESPUBLICA) do MPOG.

PG = Σ da pontuação dos itens dos critérios de excelência dispostos no IAGP gera a Pontuação Global do Exercício Corrente.

Memória de Cálculo:

PG =?
IMG = PG

Critérios: Liderança, Estratégias e Planos, Cidadãos, Sociedade, Informações e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados

Resultado:

IMG = ?
Previsão = 170

Justificativa: O resultado deste indicador corresponde à nota final da avaliação do relatório institucional do GESPÚBLICA. A nota desta avaliação será divulgada somente no mês de abril/2017. No ano de 2016 o Núcleo de Apoio à Gestão – NAG trabalhou com novas diretrizes de descrição das práticas de gestão no novo Modelo de Excelência de Gestão Pública – MEGP, tornando-se unidade piloto e referencial para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG para adoção do novo instrumento de 500 pontos. Face às mudanças e melhorias promovidas para o relato das práticas e ao forte trabalho desempenhado pelo CETEM nesta direção, espera-se que a pontuação a ser alcançada supere as expectativas usuais, obtendo, portanto, uma evolução do nível de maturidade institucional em um prazo excepcional (de um ciclo para outro), fato que nos coloca entre os concorrentes ao prêmio do Programa da Qualidade – PQRio 2017/2018.

Obs: considerar para aumento de maturidade a posição correspondente à faixa de pontuação do Relatório de Auto-avaliação (RG) e a Régua do IAGP/MEGP (250 e 500 pontos) utilizada para avaliar as práticas de gestão.

C. Indicadores de Recursos Humanos - *Análise Individual*

ICT = Índice de Capacitação e Treinamento

$$\text{ICT} = \text{ACT} / \text{OCC} * 100$$

Unidade: %, sem casa decimal.

ACT = Recursos financeiros aplicados em capacitação e treinamento no ano.

OCC = A soma das dotações de Custo e Capital, inclusive as das fontes 150/250.

Memória de Cálculo:

$$\begin{aligned} \text{ACT} &= \text{R\$}211.517,40 \\ \text{OCC} &= \text{R\$}8.729.621,56 \end{aligned}$$

Resultado:

$$\begin{aligned} \text{ICT} &= 2,4 \\ \text{Previsão} &= 1,2 \end{aligned}$$

Justificativa: o resultado obtido ficou acima do pactuado. Recursos oriundos de diversas fontes foram investidos no pagamento de diárias, passagens e inscrições em cursos de capacitação de colaboradores do CETEM. Do valor total considerado aproximadamente R\$ 115.000 foram oriundos de projetos de pesquisa recebidos via Fundações, e aproximadamente R\$ 96.000 foram de recursos oriundos do Tesouro. Tais recursos utilizados como investimento em capacitação fizeram com que o indicador alcançasse um patamar superior ao previsto no inicio do exercício.

Obs: incluir despesas com passagens e diárias em viagens cujo objetivo seja participar de cursos, congressos, simpósios e workshops, além de taxas de inscrição e despesas com instrutores (desde que pagos para ministrarem cursos e treinamento para servidores da UP). excluídos, evidentemente, dispêndios com cursos de pós-graduação oferecidos pela entidade.

PRB = Participação Relativa dos Bolsistas

$$\text{PRB} = [\text{NTB} / (\text{NTB} + \text{NTS}) * 100$$

Unidade: %, sem casa decimal.

NTB = \sum dos bolsistas (PCI, RD, etc.) no ano.

NTS = N.º total de servidores em todas as carreiras, no ano.

Memória de Cálculo:

$$\begin{aligned} \text{NTB} &= 97 \\ \text{NTS} &= 107 \end{aligned}$$

Resultado:

$$\begin{aligned} \text{PRB} &= 48 \\ \text{Previsão} &= 40 \end{aligned}$$

Justificativa: a participação dos bolsistas no quadro geral de mão de obra do CETEM foi acima do previsto. Essa ocorrência é resultado de uma série de fatores, dentre os quais podemos destacar o aumento da demanda de bolsistas para contribuir no andamento de pesquisas que estão sofrendo contínuo impacto resultante do envelhecimento e consequente aposentadoria dos pesquisadores titulares da casa.

PRPT = Participação Relativa de Pessoal Terceirizado

$$\text{PRPT} = [\text{NPT} / (\text{NPT} + \text{NTS})] * 100$$

Unidade: %, sem casa decimal.

NPT = Σ do pessoal terceirizado no ano.

NTS = N.º Total de Servidores em todas as carreiras no ano.

Memória de Cálculo:

NPT = 94

NTS = 107

Resultado:

PRPT = 47

Previsão = 50

IDTIS = Indicador de Difusão Tecnológica de Interesse Social

$$\text{IDTIS} = \text{NMEA}$$

Unidade: nº

NMEA = N.º de Micro, Pequena e Média Empresas Atendidas no ano.

Memória de Cálculo:

NMEA = 79

IDTIS = NMEA

Resultado:

IDTIS = 77

Previsão = 70

Justificativa: o resultado alcançado corresponde em sua maioria tanto à atuação de pesquisadores do Laboratório de Pesquisas Gemológicas - LAPEGE dedicados à produção de laudos gemológicos para pequenos e médios mineradores quanto à demanda por análises de mercúrio e de metil-mercúrio produzidas por pesquisadores do Laboratório de Especiação de Mercúrio Ambiental - LEMA/COPM para atendimento a para universidades, instituições publicas e empresas particulares, conforme exposto no anexo 8 deste documento.

Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

5.1 Descrição das estruturas de governança

Desde 2000, todas as ações relacionadas à governança do Centro são decididas em colegiados, DIREX e DIRETEC, com o apoio consultivo do CTC Interno – formado por representantes eleitos pelos servidores e presidido pelo diretor do Centro e é um canal de negociação e discussão de temas importantes para o CETEM.

A governança norteia a atuação dos colaboradores do Centro, está fundamentada em três pilares, de modo a garantir a consistência de atuação da instituição:

1. Atuação colaborativa: a troca de experiências e conhecimentos entre colaboradores internos e parceiros externos é fator chave ao longo de todo o ciclo PD&I.
2. Foco em resultados e aprendizado: dada a incerteza existente em PD&I, as iniciativas devem descrever claramente os resultados a serem alcançados para manter o foco dos envolvidos, e os planos devem ser voltados pra identificar e testar as trajetórias de pesquisa para o alcance dos resultados.
3. Disciplina em gestão: as iniciativas devem ser geridas de maneira sistêmica e padronizada, para garantir a eficiência no uso dos recursos e evitar sua aplicação sem a expectativa de geração de valor.

Desde 2012, a governança do Centro atua no desenvolvimento de um ambiente receptivo à melhoria dos processos internos e inovações por meio da valorização da proatividade, da ideação e proposição de temáticas, da análise de tendências e criação de condições – oficinas, seminários, eventos, palestras, *benchmarking* interno e externo, cooperações/convênios etc. – que permitam que colaboradores e organização se desenvolvam mutuamente.

5.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

As atividades de correição do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM ocorrem por meio da atuação de Comissão Permanente de Ética (o CETEM aprovou o Código de Ética em novembro de 2014, no qual estão estabelecidos os padrões de conduta e comportamento dos servidores), de Instauração de Processo Administrativo Sumário de Inassiduidade Habitual e Instauração de Comissão de Sindicância.

Os processos instaurados no âmbito do CETEM são registrados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD).

No ano de 2015 foram registrados dois processos no sistema CGU-PAD.

No ano de 2016 foi registrado um processo no sistema CGU-PAD, *ainda em andamento*.

CGU-PAD**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS****Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

01/06/2016 a 31/12/2016

Total de Sindicâncias 1

Total de Procedimentos 1

Número do Processo: 01207.000137/2016-86

As demais demandas são encaminhadas para Comissão de Ética instituída pela Portaria nº 020/2013, publicada no Boletim de Serviço nº 008 de 2013 de 30.04.2013.

5.3 Gestão riscos e controles internos

Desde 1998, o gerenciamento de riscos é feito pontualmente por cada unidade, por meio de mapas de risco químico, físico, biológico, ergonômico e mecânico, para fins de atendimento a requisitos de normas nacionais e internacionais.

Em 2014, a Direção e os colegiados da alta administração passam a considerar a gestão de riscos como uma das prioridades do Plano de Melhoria de Gestão - PMG do CETEM, quando então é criada a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público - CISSP, com um Plano de Trabalho institucional que estrutura ações integradas entre as áreas, entre as quais se destacam: capacitação em Manuseio e Cuidados com Produtos Perigosos e Plano de Emergência e Evacuação, elaboração anual de Laudos Técnicos e relatório ARA-0014-00-13 (Histórico de Insalubridade e Periculosidade do CETEM), instalação de rampas para deficientes em todas as áreas de acesso do Centro, levantamento periódico das placas de Sinalização de Segurança para instalação entre outras.

Atualmente, a CISSP continua em atividade, realizando reuniões ordinárias e monitorando o Centro por meio de visitas aos setores e obras, além de ser responsável pela confecção dos Mapas de Risco e do documento sobre Prevenção de acidentes, de agravos à saúde e de doenças relacionadas ao trabalho.

Em 2016 foi realizada capacitação dos membros a integrar a futura Comissão de Gestão de Riscos do CETEM. A referida Comissão deverá definir as estratégias para identificação, análise e tratamento, em todo o Centro, de eventos em potencial que possam afetar o adequado funcionamento e cumprimento da missão institucional.

Áreas Especiais de Gestão

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Força de Trabalho da UPC:

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	105	105	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	105	105	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	01
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	01
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	-	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
* Anistiados Lei 8878/94	03	03	-	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	108	108	-	02

Tabela 6.1 – Força de Trabalho da UPC. Fonte SEGRH, 2017

Distribuição da Lotação Efetiva:

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	40	65
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	40	65
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública * Anistiados Lei 8878/94	02	01
4. Total de Servidores (1+2+3)	42	66

Tabela 6.2 – Tipologia dos cargos. Fonte SEGRH, 2017

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC:

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão/FCPE	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	15	15	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-

1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	01	01	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	01
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	16	16	-	01

Tabela 6.3 – Tipologia dos cargos. Fonte SEGRH, 2017

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Despesas do pessoal:

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										

Exercícios	2015	6.290.133,60	458813,79	1278964,29	7549069,67	701035,71	2011261,42	3552,72	0	0	18.292.831,20
	2016	6.284.553,25	431553,36	1268188,69	7549706,03	846835,54	2091443,66	2387,18	105271,42		18.579.939,13
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	34.435,83	0	421,9	622,18		493,38	0	0	0	38.099,62
	2016	11.346,85		0			0			0	11.346,85
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	121.209,90	-	16.559,45	148.314,26	4.476,00	34.271,45	-	-	-	333.106,96
	2016	117.999,68	0	26.078,85	134.317,20	5.038,00	38.051,59	-	-	-	321.485,32
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 6.4 – Despesa com pessoal. Fonte SEGRH, 2017

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Composição do quantitativo ideal de servidores do CETEM

Os recursos humanos da instituição representam seu principal valor. Hoje o CETEM conta com 105 servidores e 03 Celetistas anistiados pelo DECRETO N° 6.657, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2008.

Dos 105 servidores: 17 Pesquisadores, 19 Tecnologistas, 03 analistas, 36 assistentes e 30 técnicos, dos quais 26 podem requerer aposentadoria a qualquer tempo.

Ao longo do exercício de 2016 houve 01 aposentadoria (01 tecnologista) e 02 falecimentos (01 analista e 01 tecnologista).

Apesar do monitoramento das variáveis que compõem o direito à aposentadoria, não há previsão de reposição dos quadros, o que ocasiona prejuízo à manutenção das atividades institucionais.

Absenteísmo

O Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), através das Unidades Credenciadas, no caso do CETEM, o Núcleo do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro – NERJ/MS, é responsável pelo controle de afastamento referentes as ações médicas, através de perícia oficial.

Estiveram ausentes no ano de 2016, concedido por **perícia médica oficial**, 19 servidores, perfazendo 1.186 dias. Licenças concedidas por motivo de licença para tratamento de saúde, licença para tratamento de saúde por junta oficial ou licença por motivo de doença em pessoa da família.

Estatística de Incidentes

Nos 03 últimos anos foram registrados 15 incidentes, todos sem ausência do serviço.

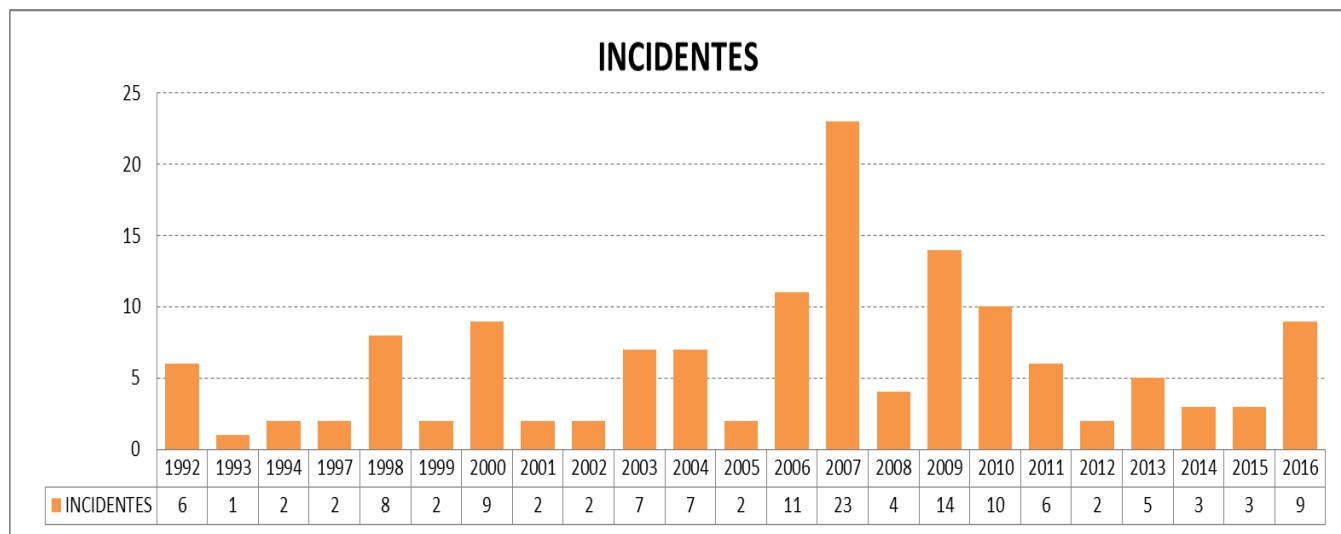


Gráfico 6.1 – Totais de incidentes por ano. Fonte: SEGRH, 2017

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Não há na instituição terceirização de atividades-fim. As terceirizações existentes estão de acordo com o estabelecido no decreto 2271/97 em seu artigo 1º - *No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.*

O CETEM, disponibiliza informações relativas aos seus contratos e licitações no seguinte link: <http://www.cetem.gov.br/licitacoes-e-contratos>.

Visão gerencial de contratos de terceirização de mão de obra não abrangidos pelo plano de cargos:

Empresa	Quantidade de terceirizados	Valores anuais 2016
Hopevig Vigilância e Segurança Ltda. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de vigilância e segurança patrimonial ostensiva e armada, diurna e noturna, de forma contínua e indireta, nas dependências do Núcleo Regional do Espírito Santo (NRES).	08	R\$ 513.159,20
Hopevig Vigilância e Segurança Ltda. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de vigilância e segurança patrimonial ostensiva e armada, diurna e noturna, de forma contínua e indireta, nas dependências do CETEM/RJ.	16	R\$ 1.025.283,54
Lapa Terceirizações e Planejamento Ltda. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de apoio técnico operacional à gestão administrativa, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de matéria, na Sede do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	20	R\$ 1.505.895,61
Liderança Limpeza e Conservação Ltda. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de apoio técnico operacional à gestão administrativa, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de material, a serem executados no Núcleo Regional do Espírito Santo – NRES do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	05	R\$ 276.136,72
Tecnisan Técnica de Serviços e Comércio Ltda. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de limpeza, conservação e jardinagem, de forma contínua e indireta, com fornecimento de materiais e mão de obra exclusiva, para o Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	17	R\$ 973.253,64
SM21 Engenharia e Construção Ltda. O objeto do presente instrumento é a	17	R\$ 1.057.597,0

contratação de serviços técnicos especializados de conservação e manutenção preventiva e corretiva, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de material, do patrimônio edificado da sede do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM		
Ideorama Comunicação Ltda -EPP O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços especializados de comunicação social, com dedicação exclusiva de mão de obra, necessária ao bom funcionamento do setor de comunicação subordinado a Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação – COGPI do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM	03	R\$ 150.943,10

Tabela 6.5 - Contratos de terceirização de mão de obra. Fonte: SEMPI / SEOFI, 2017

Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade:

Unidade Contratante						
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de vigilância e segurança patrimonial ostensiva e armada, diurna e noturna, de forma contínua e indireta, nas dependências do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCTIC.	05.014.372/0001-90	01/11/2015	31/10/2016	E. Médio	P
2014	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de vigilância e segurança patrimonial ostensiva e armada, diurna e noturna, de forma contínua e indireta, nas dependências do Núcleo Regional do Espírito Santo (NR-ES).	05.014.372/0003-52	01/12/2015	30/11/2016	E. Médio	P
2014	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços especializados de comunicação social, com dedicação exclusiva de mão de obra, necessária ao bom funcionamento do setor de comunicação subordinado a Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação – COGPI do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	07.402.534/0001-93	01/12/2015	06/06/2016	E. Superior	E
2015	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de apoio técnico operacional à gestão administrativa, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de matéria, na Sede do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	09.060.537/0001-11	02/01/2016	01/01/2017	E. Fundamental	P

2015	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de apoio técnico operacional à gestão administrativa, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de material, a serem executados no Núcleo Regional do Espírito Santo – NRES do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	00.482.840/0001-38	02/01/2016	01/01/2017	E. Fundamental	P
2015	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de limpeza, conservação e jardinagem, de forma contínua e indireta, com fornecimento de materiais e mão de obra exclusiva, para o Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	29.000.841/0001-80	16/12/2015	12/06/2016	E. Fundamental	E
2016	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de limpeza, conservação e jardinagem, de forma contínua e indireta, com fornecimento de materiais e mão de obra exclusiva, para o Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	29.000.841/0001-80	13/06/2016	09/12/2016	E. Fundamental	E
2016	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de limpeza, conservação e jardinagem, de forma contínua e indireta, com fornecimento de materiais e mão de obra exclusiva, para o Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	29.000.841/0001-80	09/12/2016	07/06/2017	E. Fundamental	A
2015	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços técnicos especializados de conservação e manutenção preventiva e corretiva, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de material, do patrimônio edificado da sede do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	02.566.106/0001-82	27/12/2015	23/06/2016	E. Médio	E
2016	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços técnicos especializados de conservação e manutenção preventiva e corretiva, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de material, do patrimônio edificado da sede do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	02.566.106/0001-82	24/06/2016	20/12/2016	E. Médio	E
2016	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços técnicos especializados de conservação e manutenção preventiva e corretiva, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de material, do patrimônio edificado da sede do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.	02.566.106/0001-82	21/12/2016	23/06/2017	E. Médio	A

Tabela 6.6 - Contratos de prestação de serviços. Fonte: SEMPI/COADM, 2017

CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS:

O CETEM possui um Programa de Estágio Supervisionado – PES/CETEM. O Programa oferece regularmente estágio para alunos de graduação e de ensino médio técnico segundo seu Programa de Estágio Supervisionado (PES).

O objetivo do PES é despertar a vocação científica e tecnológica e incentivar novos talentos entre os estudantes de graduação e do ensino médio técnico mediante sua participação em projetos, preparando-os para ingressar na vida profissional. O estágio visa ao aprendizado de competências

próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

As áreas de atuação do estágio abrangem especialmente as ciências e engenharias aplicadas à tecnologia mineral e ambiental, mas também as ciências humanas e sociais aplicadas, gestão pública e biblioteconomia.

O parâmetro básico adotado para a contratação de estagiários é a Lei nº 11.788/2008, a Orientação Normativa 07/2008/MP e Ordem Interna 46/2016/CETEM, que regulamentam a contratação de estudantes.

O rito que antecede a formalização do compromisso contempla a verificação prévia da disponibilidade da vaga e a análise técnica por parte da Comissão de Estágio designada pela Portaria nº 47/2016/CETEM. São observados aspectos como a área de interesse e de aptidão do curso com as atividades que o estagiário irá desenvolver na Instituição bem como o coeficiente de rendimento acumulado - CRA do candidato a estágio que deverá ser igual ou superior a 7,0.

Além disso, as atividades descritas pela unidade demandante são avaliadas quanto à possibilidade de desempenho por estagiários.

Os estágios estão de acordo com contrato celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia Inovação e Comunicações e a empresa Centro de Integração Empresa Escola – CIEE.

No ano de 2016 foram recebidos e supervisionados 27 estagiários, sendo 25 de nível superior e 02 de nível médio ao custo anual de R\$ 70265,40.

6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A estrutura de controle e de gestão do patrimônio utilizada pelo CETEM é o SPIUnet. Os registros das informações dos imóveis são feitos no SPIUnet e complementado com o SIAFI.

O Centro de Tecnologia Mineral possui 02 imóveis, distribuídos geograficamente de acordo com a tabela abaixo:

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2016
Brasil	Rio de Janeiro Avenida Pedro Calmon ,900 Cidade Universitária CEP: 21940-908	1	1

	Espírito Santo Rodovia Cachoeiro Alegre,00 KM5, Morro Grande Cachoeiro de Itapemirim CEP: 29311-970	1	1
	Total	2	2

Tabela 6.7. Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis da União. Fonte: SEMPI, 2017.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		Despesa no Exercício	
				Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
240127	6001.02788.500-400	Cessão	Regular	29/12/2016	R\$ 24.285.821,28	R\$ 0,00	R\$ 1.123.609,03
240127	5623.00043.500-1	Doação	Bom	29/12/2016	R\$ 5.275.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total						R\$ 0,00	1.123.609,03

Tabela 6.8 - Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ. Fonte: Siafi Operacional/ SPIUnet, 2017

No exercício de 2016, foi feita atualização do laudo de avaliação do Centro de Tecnologia Mineral CETEM/RJ, para fins de mensuração do valor do imóvel e lançamento no sistema. O imóvel onde situa-se o Centro de Tecnologia Mineral - NRES, recebeu o RIP e seu regime foi alterado para doação.

As informações relevantes e detalhadas sobre os imóveis estão disponibilizadas nos links a seguir:

<http://www.cetem.gov.br/institucional/nucleo-regional-do-espirito-santo>

<http://www.cetem.gov.br/institucional>

6.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O CETEM não possui imóveis locados de terceiros, conforme consulta efetuada em 22/03/2017 no Sistema SPIUnet (documento em anexo).

6.3 Gestão da tecnologia da informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor da Unidade do CETEM possui uma abordagem focada em Desafios Estratégicos, em Diretrizes Institucionais e na definição de Projetos Estruturantes, como forma de sustentar o alcance das metas e o cumprimento da missão / visão da Organização. Constitui-se como instrumento orientador para a execução financeira dos recursos obtidos pelo órgão. O PDTI da unidade parte como desdobramento do PDU, em consonância com esta perspectiva tem como

propósito orientar o planejamento e a execução das ações de TI no CETEM de maneira a consolidar a importância estratégica desta área e garantir seu alinhamento com o alcance das metas organizacionais propostas no plano estratégico do Centro. Portanto, consiste em um instrumento essencial para orientar as decisões e ações sobre tecnologia de informação, bem como projetar soluções que possibilitem o apoio aos processos de negócio das atividades voltadas para os processos finalísticos.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

A Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC foi criada pela PORTARIA N° 037 DE 23 DE AGOSTO DE 2013 com a seguinte composição:

- a. CLAUDIO LUIZ SCHNEIDER – Matrícula SIAPE 1354812– Presidente;
- b. OTAVIO DA FONSECA GOMES - Matrícula SIAPE 1287337;
- c. NÚRIA FERNANDEZ CASTRO – Matrícula SIAPE 1696108;
- d. DURVAL COSTA REIS - Matrícula SIAPE 0673530;
- e. MONICA MONNERAT TARDIN BASTOS - Matrícula SIAPE 1491561.
- f. ÉRIKA CRISTINA TRAJANO SOLIVA – Matricula SIAPE 2004066
- g. ANTONIO CARLOS FEITOSA COSTA – Matricula SIAPE

No Art. 3º desta portaria está determinado que tal comissão tenha por incumbência auxiliar o SECAT - Seção de Tecnologia da Informação nas seguintes atividades:

- Definir, elaborar e atualizar políticas de aquisição dos recursos computacionais do CETEM;
- Promover e estimular o desenvolvimento da informática internamente no CETEM;
- Definir, elaborar e atualizar a política de segurança da informação do CETEM, e demais políticas de uso associadas;
- Acompanhar e revisar o PDTI do CETEM.

Em 2016 foram realizadas quatro reuniões com as seguintes pautas: PDTI, Plano de Dados Abertos 2017-2018, Aquisição de Software (GABI), Aquisição de Equipamento, Instalação WI-FI, Instalação de Software, Política de Segurança da Informação CETEM e Chefia Substituta SECAT.

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

SRH	Função:	Sistema de Recursos Humanos
	Estado Atual:	Sistema legado que funciona com o auxílio de planilhas e outras ferramentas do Governo Federal

	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Baixo
SIGTEC	Função:	Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e parcialmente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Durval da Costa Reis
	Criticidade:	Baixo
SEFIP	Função:	Sistema de Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Baixo
SCDP	Função:	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Durval da Costa Reis
	Criticidade:	Baixo
SIAFI	Função:	Sistema Integrado de Administração Financeira
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Dailza de Oliveira
	Criticidade:	Alto
SISFAT	Função:	Sistema de Faturamento
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN

	Responsável da área de negócios:	Dailza de Oliveira
	Criticidade:	Alto
SIAPE	Função:	Sistema de Administração de Pessoal
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Médio
SIASG	Função:	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Alessandra Butler de Souza Donadio
	Criticidade:	Baixo
GDACT	Função:	Sistema de avaliação para Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia
	Estado Atual:	Sistema legado que funciona com o auxílio de planilhas
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Baixo
INTRANET	Função:	Portal interno de divulgação de informações e documentos internos.
	Estado Atual:	Sistema legado
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Thatyana Pimentel R. de Freitas
	Criticidade:	Baixo
SITE	Função:	Portal de acesso para divulgação de informações do centro para a sociedade
	Estado Atual:	Sistema em produção com atualização constante.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Thatyana Pimentel R. de Freitas

	Criticidade:	Alto
PHL	Função:	Sistema de informação de gestão de acervo de coleções e serviços de biblioteca
	Estado Atual:	Sistema legado
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Robson de Araújo Dávila
	Criticidade:	Alto

SISTEMAS DE GESTÃO DE PROCESSOS FINALISTICOS

	Função:	Sistema de gestão de Laboratório de Análises Minerais.
SCA	Estado Atual:	Sistema legado que funciona com o auxílio de planilhas.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Luiz Carlos Bertolino
	Criticidade:	Alto
	Função:	Sistema agregador de fontes de Informação para o setor Minero-Metalúrgico.
	Estado Atual:	Sistema legado
INFOMIMET	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Fernando Antonio Freitas Lins
	Criticidade:	Alto
	Função:	Consulta de banco de dados de recursos minerais
	Estado Atual:	Sistema legado.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
MINERALDATA (1)	Responsável da área de negócios:	Francisco Rego Chaves Fernandes
	Criticidade:	Baixo
	Função:	Sistema de banco de dados de Recursos Minerais e Territórios.
	Estado Atual:	Sistema legado
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
VERBETES		

	Responsável da área de negócios:	Francisco Rego Chaves Fernandes
	Criticidade:	Alto
MINERALDATA (2)	Função:	Repositório de publicações digitais internas - baseado no software DSPACE.
	Estado Atual:	Sistema legado.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Francisco Rego Chaves Fernandes
	Criticidade:	Alto

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Não há plano de capacitação específico para o SECAT.

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

1 (um) servidor da carreira de C&T (Técnico 2)

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Implementação do software Gestão Livre de Parque de Informática (GLPI) como solução de licença aberta para o gerenciamento de recursos de Tecnologia da Informação e, que por sua característica compõe uma plataforma inteiramente web, desobrigando qualquer instalação no disco rígido dos usuários, mas exigindo instalação em um servidor.

Suas principais funcionalidades são:

- ServiceDesk (Helpdesk, SLA, ITIL);
- Gestão sobre ativos do parque;
- Gerenciamento de licenças, Hardware e softwares;
- Inventário Automatizado;
- Relatórios de demandas e Assistência.

Os métodos de autenticação são Active Directory, LDAP e Base Local. O GLPI possui vasto número de plug-ins que podem ser adicionados por meio do seu catálogo, tais como: OCS Inventory-NG (Open Computer and Software Inventory Next Generator).

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

O CETEM durante o último ciclo de 2016 trabalhou com intuito de garantir maior segurança para os serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC), aplicando em seus sites e serviços web tanto internos quanto externos o uso de certificado de segurança ICP-Edu.

Com relação à segurança dos canais de trânsito de e-mail, foi implantado serviço de AntiSpam e antivírus (in-line) baseados em software livre, o que resultou na maior flexibilidade de personalização, manutenção e adaptação as necessidades da instituição.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Ao substituir a solução de virtualização, monitoramento de tráfego e ativos de rede, ferramenta de combate de SPAM e pragas virtuais por meio de e-mail, a instituição deu um importante salto no que tange à redução de custo e a não dependência tecnológica de soluções de TI, fazendo uso de soluções de código livre aumentando a aderência da instituição aos padrões de governo eletrônico (E-PING) e (E-GOV), em alinhamento com o alinhamento estratégico do PDTI.

6.3.1 Principais sistemas de informação

SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

SRH	Função:	Sistema de Recursos Humanos
	Estado Atual:	Sistema legado que funciona com o auxílio de planilhas e outras ferramentas do Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Baixo
SIGTEC	Função:	Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e parcialmente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Durval da Costa Reis

SEFIP	Criticidade:	Baixo
	Função:	Sistema de Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Baixo
SCDP	Função:	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Durval da Costa Reis
	Criticidade:	Baixo
SIAFI	Função:	Sistema Integrado de Administração Financeira
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Dailza de Oliveira
	Criticidade:	Alto
SISFAT	Função:	Sistema de Faturamento
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Dailza de Oliveira
	Criticidade:	Alto
SIAPE	Função:	Sistema de Administração de Pessoal
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Médio

SIASG	Função:	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
	Estado Atual:	Sistema atualizado, em produção e completamente gerenciado pelo Governo Federal
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Alessandra Butler de Souza Donadio
	Criticidade:	Baixo
GDACT	Função:	Sistema de avaliação para Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia
	Estado Atual:	Sistema legado que funciona com o auxílio de planilhas
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Maria de Fátima Borges de Mello
	Criticidade:	Baixo
INTRANET	Função:	Portal interno de divulgação de informações e documentos internos.
	Estado Atual:	Sistema legado
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Thatyana Pimentel R. de Freitas
	Criticidade:	Baixo
SITE	Função:	Portal de acesso para divulgação de informações do centro para a sociedade
	Estado Atual:	Sistema em produção com atualização constante.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Thatyana Pimentel R. de Freitas
	Criticidade:	Alto
PHL	Função:	Sistema de informação de gestão de acervo de coleções e serviços de biblioteca
	Estado Atual:	Sistema legado
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Robson de Araújo Dávila
	Criticidade:	Alto

SISTEMAS DE GESTÃO DE PROCESSOS FINALISTICOS

SCA	Função:	Sistema de gestão de Laboratório de Análises Minerais.
	Estado Atual:	Sistema legado que funciona com o auxílio de planilhas.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Luiz Carlos Bertolino
	Criticidade:	Alto
INFOMIMET	Função:	Sistema agregador de fontes de Informação para o setor Minero-Metalúrgico.
	Estado Atual:	Sistema legado
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Fernando Antonio Freitas Lins
	Criticidade:	Alto
MINERALDATA (1)	Função:	Consulta de banco de dados de recursos minerais
	Estado Atual:	Sistema legado.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Francisco Rego Chaves Fernandes
	Criticidade:	Baixo
VERBETES	Função:	Sistema de banco de dados de Recursos Minerais e Territórios.
	Estado Atual:	Sistema legado
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Francisco Rego Chaves Fernandes
	Criticidade:	Alto
MINERALDATA (2)	Função:	Repositório de publicações digitais internas - baseado no software DSPACE.
	Estado Atual:	Sistema legado.
	Responsável Técnico:	Antonio Carlos Feitosa Costa / SEIN
	Responsável da área de negócios:	Francisco Rego Chaves Fernandes
	Criticidade:	Alto

Relacionamento com a Sociedade

7.1 Canais de acesso do cidadão

O principal canal de acesso à informação e de relacionamento com o cidadão-usuário é o site institucional, em que estão disponíveis informações e/ou esclarecimentos sobre todos os serviços e produtos fornecidos pelo Centro. Além dessas informações, também são divulgados no site telefones e e-mails de contato, organograma entre outros dados de interesse sobre a instituição.

Desde a criação do Portal do CETEM na Internet, em 1995, ele é aperfeiçoado para que a sociedade tenha acesso às várias atividades realizadas no Centro. A partir de 2011, em atendimento à **Lei nº 12.527/ 2011** e consequente reestruturação do portal, e de 2015, com a adesão ao modelo de acessibilidade “e-mag” do Governo Eletrônico, o cidadão-usuário encontra as últimas notícias, *sliders* com informações sobre projetos, bolsas, prêmios, publicações, apresentações em seminários, dados de sustentabilidade, acesso a bancos de dados etc.

No site também estão disponíveis para download gratuito mais de 290 exemplares das Séries CETEM, relação de livros — maioria disponível para download—, relatórios técnicos, artigos publicados em revistas científicas especializadas e participação em congressos, além de apresentações públicas dos resultados dos projetos desenvolvidos pelo Centro. Além disso, o cidadão tem acesso aos Relatórios de Gestão, Termos de Compromisso de Gestão e à **Carta ao Cidadão**, todos disponíveis para download. O portal é de responsabilidade do Núcleo de Comunicação Social (NCS), vinculado à COPGI, atualizado semanalmente.

Outros canais de comunicação direta com os cidadãos-usuários, atuais e potenciais, e que estão especificados na **Carta ao Cidadão** — que dissemina o portfólio de serviços do Centro— são:

- Fale conosco – em que cidadão preenche formulário e solicita as informações desejadas;
- SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, que protocola documentos e requerimentos de acesso à informação, reclamação e recurso;
- Telefone central – que recebe e transfere o cidadão direto para a área/responsável que ele desejar;
- CETEM Notícias - Informes externos;
- Feiras técnicas, bancas, painéis, congressos e seminários, com participação de profissionais do CETEM.

a) Fale Conosco: O canal Fale conosco é monitorado pela COPGI, responsável pelo encaminhamento das proposições e/ou perguntas às Coordenações de área em busca de informações ou para o tratamento de não conformidades, quando couber.

b) SIC: Desde 2013 funciona no CETEM o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), subordinado à COPGI. Compete ao SIC: (a) protocolar documentos e requerimentos de acesso à informação; (b) orientar sobre os procedimentos de acesso, indicando data, local e modo em que será feita a consulta; e (c) informar sobre a tramitação de documentos.

O sistema e-SIC é disponibilizado no Portal de Acesso à Informação do Governo Federal (www.acessoainformacao.gov.br). Todo o monitoramento desse portal é feito pela Controladoria Geral da União – CGU. É por meio desse sistema que a CGU direciona aos órgãos competentes os questionamentos propostos, bem como os comunica o prazo para fornecimento das respostas.

Os principais indicadores monitorados são: **IADS** - Índice de Atendimento Direto à Sociedade; **PSA** -Percentual de solicitações atendidas; e, **TMRSIC**- Tempo médio de respostas ao cidadão.

O SIC fornece informações sobre o perfil dos cidadãos que consultam o CETEM. De 2013 a 2016, as consultas apresentam, como principais temas, a busca de informações sobre o CETEM (26%), serviços ofertados (13%) e assuntos relacionados à C&T (12%). O solicitante, em sua maioria, é oriundo do DF (25%), RJ (23%) e SP (14,5%). O perfil do solicitante é de servidor público federal (16,7%) estudante (12,5%) e servidor estadual (10,4%).

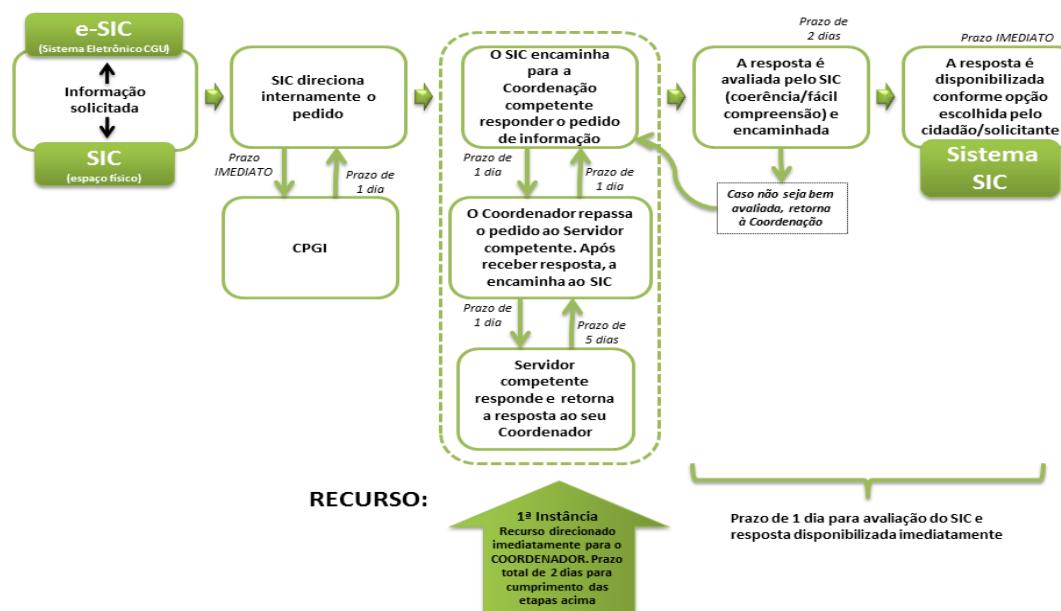
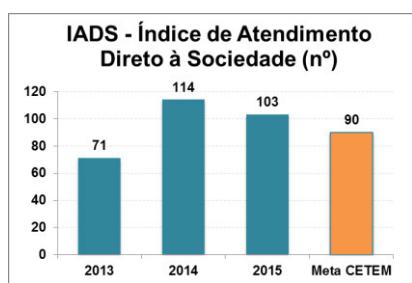


Figura 7.1 – Fluxo no SIC/e-SIC - CETEM, 2015

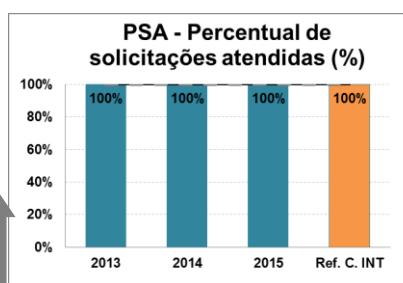
Resultados relativos aos cidadãos-usuários oriundos do e-SIC:



Gráf.7.1 – Índice de Atendimento Direto à Sociedade.

Fonte: NAG/CPGI, 2016

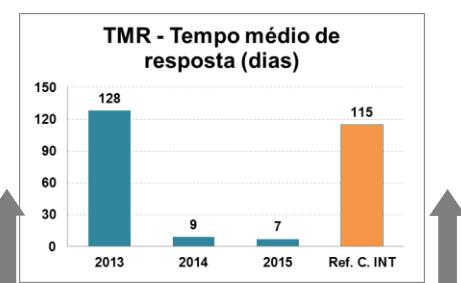
IADS: Nº de atendimentos a pessoas físicas efetuados no ano.



Gráf.7.2 – PSA - Percentual de solicitações atendidas. Fonte:

Portal e-SIC, 2016

PSA: Percentual de solicitações atendidas pelo Sistema de Informações ao Cidadão.



Gráf.7.3 – TMR -Tempo médio de respostas ao cidadão. Fonte:

Portal e-SIC, 2016

TMR: Tempo médio de atendimento ao cidadão em dias.

c) Informes: Outra prática voltada para o atendimento dos *interesses de parceiros e da sociedade* é a elaboração dos informes externos, que são transmitidos por meio do CETEM Notícias, clipping enviado para mais de 5 mil endereços eletrônicos, que incluem autoridades governamentais, empresas e associações empresariais, profissionais autônomos, associações sociais que se relacionam com o Centro, representantes da comunidade técnico-científica e acadêmica, entre outros. A periodicidade dessa publicação é mensal, podendo ser quinzenal, excepcionalmente. Para outros relacionamentos, como a mídia, a área de Comunicação elabora releases em conjunto com os pesquisadores e os envia a grandes veículos de comunicação e mídia especializada.

d) Eventos Externos: Anualmente os *pesquisadores e bolsistas participam de eventos* destinados ao público não especializado. Desde 2006, essa participação permite a criação e publicação de vários materiais educativos sobre tecnologia mineral e ambiental para esse público, como histórias em quadrinhos (Série Wandeca), cartilhas, jogos, tabela periódica ilustrada e outros materiais de divulgação. Além disso, existem ações do MCTIC como, por exemplo, a Semana Nacional de Ciência Tecnologia, de periodicidade anual, e o Encontro anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, também anual, em que o CETEM e outras Unidades de Pesquisa - UP interagem diretamente com a sociedade.

A participação de pesquisadores e bolsistas em eventos técnicos científicos ao longo do ano, em diversos estados do Brasil, bem como no exterior, também é uma fonte de divulgação e transparência institucional. Todos os anos o CETEM avalia e conceitua os bolsistas por meio de jornadas, em que uma banca externa é convidada a avaliar seus bolsistas e respectivos projetos institucionais.

7.2 Carta ao Cidadão

A Carta ao Cidadão do CETEM foi lançada em 2015 sob responsabilidade do Núcleo de Apoio à Gestão (NAG) e é divulgada sistematicamente a cada evento interno e externo, por meio de folhetos institucionais, que são distribuídos pela equipe de comunicação para todos os participantes. Nessas oportunidades são propagados os canais de relacionamento do CETEM.

Os compromissos da Carta ao Cidadão CETEM estão contidos na missão institucional e nos serviços ofertados aos públicos-alvo da instituição, os quais são resultantes da execução das competências regimentais e dos processos finalísticos do Centro.

O acesso à Carta ao Cidadão se dá pelo link:

www.cetem.gov.br/images/gestao/carta_cidadao.pdf

7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A partir de 2013, são adotados os critérios para atendimento e satisfação do cliente, em concordância com o estabelecido pela Norma NBR ISO/IEC 9001, incluindo pesquisa de satisfação do usuário e da Norma NBR ISO/IEC 17025, de competência laboratorial. As pesquisas são acompanhadas pelas coordenações Coordenação de Análises Minerais (COAMI), Coordenação de Apoio Técnico às Micro e Pequenas Empresas (COROM) , Coordenação de Processamento e Tecnologias Minerais (COPTM) e Coordenação de Processos Metalúrgicos e Ambientais (COPMA).

Também a partir de 2016, é disponibilizada para todas as unidades do CETEM a ferramenta Pesquisa. Gov.— veículo padrão do GESPÚBLICA (Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização) para aferição da qualidade de serviços por meio de questionários junto ao cidadão —, com a finalidade de medir o grau de satisfação e identificar possíveis melhorias em processos. Além do padrão supracitado, são utilizadas, também, outras ferramentas para pesquisa como *Survey Monkey* e Sua Pesquisa.

7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No portal da instituição - <http://www.cetem.gov.br/> -, o cidadão encontra as últimas notícias, *sliders* com informações sobre projetos, bolsas, prêmios, publicações, apresentações em seminários, dados de sustentabilidade, acesso a bancos de dados etc. No rodapé do site há um *link* para o site “Transparência Pública”, que informa os requisitos para disponibilização dos dados ao público, em que é possível buscar as informações relativas a compras governamentais, gastos, salários e outros, de cada instituição pública, incluindo o CETEM. Outro *link* disponibilizado na página do CETEM remete para o site “Acesso à informação”, que operacionaliza a Lei de Acesso à Informação e dá competência ao CETEM para conceber o seu Sistema de Acesso à Informação.

No site também estão disponíveis para *download* gratuito mais de 290 exemplares das Séries Temáticas e livros CETEM — maioria disponível para *download*—, relatórios técnicos, artigos publicados em revistas científicas especializadas e participação em congressos, além de apresentações públicas dos resultados dos projetos desenvolvidos pelo Centro.

A transparência da gestão também pode ser verificada através da disponibilização dos Documentos de Gestão no Portal, como os Relatórios de Gestão, Termos de Compromisso da Gestão, Plano Diretor da Unidade e Carta ao Cidadão que fornecerem informações úteis sobre a nossa atuação, encontrados no link: <http://www.cetem.gov.br/documentos-de-gestao>.

7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Comissão Interna de Saúde do Servidor Público - CISSP, em seu Plano de Trabalho é responsável por ações integradas institucionais, dentre elas a instalação de rampas para deficientes

em todas as áreas de acesso do Centro e o levantamento periódico das placas de Sinalização de Segurança para instalação. Realizam reuniões ordinárias mensais e monitoram o Centro por meio de visitas aos setores e obras.

Instituições de Ensino e de C&T, Estudantes e Profissionais de CT&I e a Sociedade acessam fisicamente o Centro durante os eventos de popularização da ciência, quando agendam visitas às instalações do CETEM - inclusive guiadas - aos laboratórios e usina piloto. Têm acesso às práticas de identificação de gemas e metais preciosos, em que o cidadão agenda visita ao Laboratório de Pesquisas Gemológicas – LAPEGE e pode obter um parecer verbal para identificação de joias, pedras preciosas, dentre outros. Essa busca pelo CETEM levou à sistematização das práticas, gerando um espaço na página institucional para agendamento das visitas e busca por material institucional, além de descrição dos equipamentos de identificação, no caso das gemas e metais preciosos.

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

8.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O CETEM está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9, que trata da depreciação, porém, ainda não foi constituída uma nova comissão com intuito de atender os dispositivos da NBC T 16.10. O Centro utiliza o método de cotas constantes para cálculo de depreciação, amortização e exaustão. Observa-se que o principal impacto das utilizações dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 foi a atualização do valor dos bens adquiridos a partir de 2010.

8.2 Sistemática de apuração de custos da unidade

O Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC foi desenvolvido com a finalidade de permitir a efetiva mensuração de custos sob a óptica administrativa a partir dos órgãos centrais de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças, tendo sido lançado em agosto de 2010, durante o I Congresso sobre Informação de Custos e Qualidade do Gasto Público, no auditório da Escola de Administração Fazendária – ESAF/DF.

O Sistema de Informações de Custos do Governo Federal é uma ferramenta tecnológica (*software*) que tem a capacidade de integrar diversos sistemas estruturantes do Governo Federal em uma única base de dados (*Data Warehouse*), armazenando e reunindo as informações de custos com vistas a subsidiar o apoio a tomada de decisão do gestor de recursos públicos.

A Portaria STN n 157, de 9 de março de 2011, instituiu o Sistema de Custos do Governo Federal tendo como objetivo, identificar custos específicos de programas e das unidades da Administração Pública Federal, vindo ao encontro do disposto na Lei nº 10.180/2001, que instituiu, dentre outros, o Sistema de Contabilidade Federal, e a Lei Complementar nº 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que reforçou a necessidade de criação de metodologia de medição de custos como critério de avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União, gerando informações estratégicas para a tomada de decisão de governo, bem como para a melhoria efetiva da qualidade do gasto público.

O normativo acima definiu a estrutura de funcionamento do sistema, tendo como órgão central a Secretaria do Tesouro Nacional e como órgãos setoriais os Ministérios, sob a gestão da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União, subordinada a Subsecretaria de Contabilidade Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional. A Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011, estabeleceu em seu art. 2º e 3º as competências do órgão central e dos órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal.

O processo de validação das informações de custos por parte dos Comitês Setoriais teve início em outubro de 2010 e a primeira demanda surgiu na Prestação de

Contas do Governo da República referente ao exercício de 2010 que, através do Aviso nº 7/2010 – Gab Min AC, datado de 07 de outubro de 2010 solicitou a apresentação de “aa) relatórios dos Ministérios com análise dos custos no exercício de 2010 de dois programas a serem definidos pelo respectivo Ministério, tomando-se como base o Sistema de Informação de Custos do Governo Federal”.

A segunda surgiu na Prestação de Contas da Presidenta da República, exercício de 2011, foi solicitado “*Relatórios dos Ministérios com análise de custos de pessoal e de dois programas, a serem definidos pelo respectivo ministério, tomando-se como base o Sistema de Informação de Custos do Governo Federal, conforme modelo e orientações a serem fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, em observância ao art. 15, Inciso V, da Lei nº 10.180/2001*”.

A terceira surgiu na Prestação de Contas da Presidenta da República, exercício de 2012, foi solicitado “*Relatórios dos Ministérios com análise dos custos, dos programas e das unidades da Administração Pública Federal, tomando-se como base o Sistema de Informação de Custos do Governo Federal, conforme modelo e orientações a serem fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, em observância ao art. 15, Inciso V, da Lei nº 10.180/2001*”.

A quarta surgiu na Prestação de Contas da Presidenta da República, exercício de 2013, foi solicitado “*Relatório de Custos*” informando, dentre outros, os custos dos programas temáticos, constantes do Anexo I do Ofício nº 12/2014/SUCON/STN/MF-DF, de 4 de fevereiro de 2014. De forma que coube a este MCTI apresentar, sob uma ótica de custos, o resultado da gestão pública no âmbito do programa temático 2021 Ciência, Tecnologia e Inovação (objetivos 0400 e 0497).

Até então, os relatórios anuais foram devidamente apresentados por este Ministério. Na Prestação de Contas da Presidenta da República, exercício de 2014, apenas os órgãos responsáveis pelos Objetivos e respectivos Programas Temáticos, selecionados pelo Tribunal de Contas da União apresentaram informações de custos, ou seja, o MCTI não foi contemplado.

Para a PCPR de 2015, caberá a este MCTI apresentar dados de custos relativos ao Programa 2021-Ciência, Tecnologia e Inovação, Objetivos 400 e 497, divididos em três anexos:

- I – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo;
- II – Demonstrativo de Custo por Programa, Objetivo e Grupo de Natureza da Despesa;
- III – Demonstrativo de Custo por Programa, Objetivo e Ação com Execução Física.

No que se refere à estruturação e funcionamento dos órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal, na data de 24 de novembro de 2011, o Secretário do Tesouro Nacional encaminhou a este Ministério o Ofício-Circular nº 14/2011/CCONT/SUCON/STN/MF-DF, cujo teor solicitava providências necessárias para a formalização da estrutura administrativa e o início do funcionamento dos processos organizacionais nesta unidade, referentes ao exercício de nossas atividades enquanto Órgão Setorial do Sistema de Custos do Governo Federal, tendo concedido um prazo de até 30/12/2011 para:

- ✓ Encaminhar cópia do ato normativo de criação e estruturação do processo organizacional referente às atividades de uso do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC;
- ✓ Composição da equipe de servidores que atuará no suporte técnico ao processo de gestão das informações de custos neste órgão setorial e dados de contato; e
- ✓ Indicação das necessidades de capacitação para a referida equipe e para gestores públicos deste órgão.

Em resposta foi encaminhado o Ofício nº 683/2011-SESEC/MCTI, de 27 de dezembro de 2011, informando da dificuldade de atender ao pleito, dado a inexistência de pessoal, de qualquer tipo de vínculo empregatício, para atuar no suporte técnico ao processo de gestão das informações de custos, principalmente com os perfis indicados nas “Orientações para a Estruturação dos Órgãos Setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal” encaminhada a este Ministério.

Assim, temporariamente, optou-se por indicar uma equipe composta por 4 (quatro) servidores para representar o Ministério nas reuniões e discussões acerca do assunto, junto ao órgão central de custos, a Secretaria do Tesouro Nacional, inclusive no que se refere à elaboração dos relatórios de custos para a PCPR, treinamentos e outros.

Após reunião de representantes deste Ministério com a Gerência de Informações Fiscais e de Custos – GEINC, da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União, da Secretaria do Tesouro Nacional, na data de 25 de abril de 2012 e, em atendimento, foi publicada a Portaria SESEC/MCTI nº 6, de 30 de maio de 2012, instituindo de forma provisória, a Unidade de Informações de Custos no âmbito deste órgão, indicando como responsável pelas competências a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA.

Entretanto, apesar da realização de concurso público com vagas para a administração central deste Ministério, ocorrido em 2012 ainda persiste a insuficiência de pessoal, considerando a imensa rotatividade, ou seja, os concursados tomam posse, mas logo solicitam vacância e/ou exoneração por aprovação em outro concurso.

Ante ao exposto, cabe ressaltar que até a presente data este Ministério não conseguiu estruturar, organizar e fazer funcionar a setorial de custos a fim de desempenhar todas as atividades definidas no Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal – MPCUST, elencadas no art. 12, da Portaria STN nº 481, de 18 de agosto de 2014.

Conscientes da importância da apuração, avaliação e divulgação dos custos dos projetos e atividades do órgão, este Ministério envidará esforços no sentido de buscar alternativas com o intuito de estruturar a Setorial de Custos o mais rápido possível.

8.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis constam no Capítulo 10, Anexos e Apêndices.

Nota Explicativa:

O valor de R\$ 20.729,64 (vinte mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos) correspondente a despesa de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS dos funcionários celetistas desta unidade, foi erroneamente representado no Balanço Financeiro com a nomenclatura de Operação de Crédito. A Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira – COCF, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI questionará o Tesouro Nacional sobre o ocorrido.

“Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle”

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL					024752
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-021.245/2013-4	3795/14	9.3	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL					024752
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Centro de Tecnologia Mineral, com fundamento no art. 208, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que se abstenha de contratar diretamente a prestação dos serviços continuados de conservação, limpeza e jardinagem, apoio à infraestrutura administrativa, e vigilância e segurança patrimonial ostensiva armada, realizando a contratação desses serviços por meio do adequado procedimento licitatório, devendo o monitoramento desta determinação ser realizado no âmbito das próximas contas anuais do Centro de Tecnologia Mineral;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura (SEMPI) e Coordenação de Administração (COADM) do CETEM.					024752
Síntese da Providência Adotada					
No exercício 2014, o CETEM realizou licitações relativas aos serviços de Vigilância e Apoio administrativo, restando somente para atendimento completo ao item, a realização de licitação do serviço de limpeza.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Foram gerados cinco contratos a partir de três certames licitatórios, com referência aos itens atendidos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A fim de atender a determinação do TCU, no exercício 2014, o CETEM realizou três certames licitatórios, que culminaram com 5 contratos, a saber:					
Contrato nº 013/2014 (Processo nº 01207.000237/2013-60 – Pregão Eletrônico nº 003/2014) referente a contratação dos serviços de vigilância e segurança patrimonial ostensiva e armada, diurna e noturna, de forma contínua e indireta, para a sede do Centro de Tecnologia Mineral, no Rio de Janeiro;					
Contrato nº 014/2014 (Processo nº 01207.000237/2013-60 – Pregão Eletrônico nº 003/2014), referente a contratação dos serviços de vigilância e segurança patrimonial ostensiva e armada, diurna e noturna, de forma contínua e indireta, para o Núcleo Regional do Centro de Tecnologia Mineral, em Cachoeiro de Itapemirim-ES;					
Contrato nº 015/2014 (Processo nº 01207.000233/2013-81 – Pregão Eletrônico nº 010/2014), referente a contratação de serviços especializados de comunicação social, com dedicação exclusiva de mão de obra (assessoria de comunicação, web designer e designer gráfico), necessária ao bom funcionamento do Núcleo de					

Comunicação do CETEM;

Contrato nº 019/2014 (Processo nº 01207.000070/2014-18 – Pregão Eletrônico nº 005/2014), relativo a contratação de serviços contínuos de apoio técnico operacional à gestão administrativa, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de material, a serem executados na sede do Centro de Tecnologia Mineral, no Rio de Janeiro; e

Contrato nº 020/2014 (Processo nº 01207.000070/2014-18 – Pregão Eletrônico nº 005/2014), relativo a contratação de serviços contínuos de apoio técnico operacional à gestão administrativa, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de material, a serem executados no Núcleo Regional do Centro de Tecnologia Mineral, em Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Quanto ao certame licitatório referente aos serviços de limpeza, conservação e jardinagem, a Administração enfrentou problemas para a elaboração do Projeto Básico em relação ao que determina a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, tendo em vista a falta de informações técnicas relativas às edificações do CETEM, principalmente as relacionadas às fachadas envolvidas que compõem todo o edifício sede, ou seja, faltaram elementos necessários à definição das metragens para adoção dos índices de produtividade por servente, o que somente seria sanado com a contratação de um arquiteto, para produzir o “as built” das edificações. No final de dezembro de 2015, as plantas e o relatório de levantamento arquitetônico para conferência da metragem quadradas das edificações do CETEM (RRT nº 0000004251130) foram entregues pela arquiteta contratada, o que permitiu abertura do processo administrativo para a contratação dos respectivos serviços.

Tanto o ano de 2015 quanto no ano de 2016, a Administração do CETEM enfrentou sérios problemas orçamentários de custeio em relação a Ação 2000 – Gestão Administrativa, o que dificultou a continuidade do processo licitatório para a contratação dos serviços de limpeza, conservação e jardinagem. Em 2015 o déficit orçamentário foi de R\$ 1.779.000,00. De acordo com a PLOA 2016, o orçamento de custeio da Ação 2000 era de apenas R\$ 7.118.393,00, mas foi disponibilizado apenas R\$ 5.193.269,00, contra uma despesa fixa estimada de R\$ 8.100.000,00, já considerando o corte de postos terceirizados. Somente com o crédito adicional liberado em 01/11/2016 no valor de R\$ 1.962.683,00, mais dois repasses por parte da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do MCTIC, sendo um em 01/12/2016, no valor de R\$ 480.000,00 e o segundo no dia 02/12/2016 (último dia de empenho) no valor de R\$ 500.000,00, foi possível fechar as contas do ano.

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela Administração do CETEM em relação a falta de orçamento no ano de 2016 e considerando que todo o planejamento foi prejudicado, o processo licitatório para a contratação dos serviços de limpeza, conservação e jardinagem está sendo preparado para ocorrer no primeiro semestre de 2017.

Item: Tratamento de determinações e recomendações do Órgão de Controle Interno

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL		024752			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
1	201306032	1.1.1.1	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL		024752			
Descrição da Recomendação					
Realizar anualmente o Inventário de bens imóveis de uso especial da União sob a responsabilidade do CETEM.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura (SEMPI)					
Serviço de Contabilidade, Orçamento e Finanças (SECOF)		024752			
Coordenação de Administração (COADM)					
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Tendo em vista a complexidade da natureza do serviço a ser executado e devido a falta de especialistas no quadro de servidores do CETEM, a Administração contratou a empresa Lautec Engenharia & Consultoria para a execução do serviço de determinação dos valores das edificações, benfeitorias e instalações da sede do CETEM no Rio de Janeiro e para o seu Núcleo Regional no Espírito Santo, de acordo com a NBR14653 (ARTs nºs OL00407971 e OL00421920). O serviço constituiu no levantamento das áreas por metro quadrado, pavimentos, idade aparente, estado de conservação, padrão construtivo, tipo de estrutura, paredes, revestimento externo e interno, esquadrias, pisos, forros e cobertura, além de um levantamento fotográfico de cada área, tanto das edificações da sede do CETEM no Rio de Janeiro, quanto do seu Núcleo Regional em Cachoeiro de Itapemirim/ES.					
Atualmente os imóveis encontram-se registrados e seus valores atualizados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), conforme a seguir:					
Município: 5623 – Cachoeiro de Itapemirim/ES – RIP 5623.00043.500-1					
Terreno =R\$ 1.955.000,00 (Dado pelo Município de Cachoeiro de Itapemirim – Lei nº 5950/2007)					
Benfeitoria = R\$ 3.320.000,00					
Município: 6001 – Rio de Janeiro/RJ – RIP 6001.02788.500-4					
Terreno =R\$ 2,48 (UFRJ)					
Benfeitoria = R\$ 24.285.818,80					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

O CETEM não possuia em seu quadro servidores capacitados para a execução da recomendação em tempo hábil, porém com a documentação gerada a partir da execução do serviço de determinação dos valores das edificações, benfeitorias e instalações da sede do CETEM no Rio de Janeiro e de seu Núcleo Regional no Espírito Santo, de acordo com a NBR14653, a produção do “as built” das plantas arquitônicas, os registros fotográficos e o levantamento documental parcial, será possível a constituição de uma Comissão Inventariante, de modo a atender a recomendação da CGU e a Lei nº 4.320/64 ainda no primeiro semestre de 2017.

Unidade Jurisdicionada																		
Denominação Completa		Código SIORG																
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL		024752																
Recomendações do OCI																		
Recomendações Expedidas pelo OCI																		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida															
8	201306032	1.1.5.2	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR															
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG																
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL		024752																
Descrição da Recomendação																		
Realizar o levantamento das necessidades anuais de aquisições e contratações do CETEM, visando à elaboração do planejamento correspondente.																		
Providências Adotadas																		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG																
Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura (SEMPI)																		
Coordenação de Administração (COADM)		024752																
Síntese da Providência Adotada																		
A administração do CETEM passou a realizar consultas constantes as coordenações finalísticas, com intuito de identificar as necessidades de contratações e aquisições de bens e serviços, possibilitando a elaboração de um planejamento anual de compras.																		
Síntese dos Resultados Obtidos																		
Melhoria no planejamento de compras e redução no número de processos de dispensa.																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>ANO</th><th>Nº DE PROCESSOS DE DISPENSAS</th><th>Nº DE PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADES</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2010</td><td>749</td><td>46</td></tr> <tr> <td>2011</td><td>795</td><td>46</td></tr> <tr> <td>2012 (Auditado)</td><td>657</td><td>59</td></tr> <tr> <td>2013</td><td>566</td><td>45</td></tr> </tbody> </table>				ANO	Nº DE PROCESSOS DE DISPENSAS	Nº DE PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADES	2010	749	46	2011	795	46	2012 (Auditado)	657	59	2013	566	45
ANO	Nº DE PROCESSOS DE DISPENSAS	Nº DE PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADES																
2010	749	46																
2011	795	46																
2012 (Auditado)	657	59																
2013	566	45																

2014	509	33
2015	335	34
2016	223	24

Fonte: Compras Governamentais/SIASG

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A melhoria no planejamento de compras e contratações colaborou com o encerramento do fracionamento de despesas.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL		024752			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
6	201306032	1.1.5.1	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL		024752			
Descrição da Recomendação					
Estabelecer a obrigatoriedade de submissão dos procedimentos de contratação direta à análise jurídica.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura (SEMPI)					
Coordenação de Administração (COADM)		024752			
Síntese da Providência Adotada					
A administração do CETEM enviou todos os processos administrativos de inexigibilidade para a CJU-RJ, exceto às contratações fundadas no Art. 25 da Lei n.º 8.666, de 1993, cujos valores subsumam-se aos limites previstos nos incisos I e II do Art. 24 da Lei n.º 8.666, de 1993, conforme orientação da própria CJU-RJ, exarada através do Ofício Circular n.º 002/2014 – CJU-RJ/CGU/AGU, emitido em 28 de março de 2014.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Os processos encontram-se em conformidade legal contendo o parecer da CJU-RJ.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências					

pelo Gestor

A capacitação de novos servidores propiciou a adoção das providências cabíveis.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL		024752			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
10	201306032	1.1.5.3	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL		024752			
Descrição da Recomendação					
Planejar e realizar processos licitatórios para contratação de serviços de limpeza e conservação e jardinagem, serviços especializados de apoio à infraestrutura administrativa e serviços de vigilância e segurança patrimonial ostensiva armada.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura (SEMPI)					
Coordenação de Administração (COADM)		024752			
Síntese da Providência Adotada					
O CETEM após o recebimento do Relatório de Auditoria providenciou a abertura de processos administrativos visando eliminar as contratações emergenciais. No decorrer de 2014 a Administração do CETEM procurou atender as recomendações da CGU e do TCU quanto ao planejamento das licitações e envio dos processos para análise jurídica, o que culminou com a realização de três pregões eletrônicos e cinco contratos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A fim de atender a determinação do TCU, no exercício 2014, o CETEM realizou três certames licitatórios, que culminaram com 5 contratos, a saber:					
Contrato nº 013/2014 (Processo nº 01207.000237/2013-60 – Pregão Eletrônico nº 003/2014) referente a contratação dos serviços de vigilância e segurança patrimonial ostensiva e armada, diurna e noturna, de forma contínua e indireta, para a sede do Centro de Tecnologia Mineral, no Rio de Janeiro;					
Contrato nº 014/2014 (Processo nº 01207.000237/2013-60 – Pregão Eletrônico nº 003/2014), referente a contratação dos serviços de vigilância e segurança patrimonial ostensiva e armada, diurna e noturna, de forma contínua e indireta, para o Núcleo Regional do Centro de Tecnologia Mineral, em Cachoeiro de Itapemirim-ES;					
Contrato nº 015/2014 (Processo nº 01207.000233/2013-81 – Pregão Eletrônico nº 010/2014), referente a contratação de serviços especializados de comunicação social, com dedicação exclusiva de mão de obra (assessoria de comunicação, web designer e designer gráfico), necessária ao bom funcionamento do Núcleo de					

Comunicação do CETEM;

Contrato nº 019/2014 (Processo nº 01207.000070/2014-18 – Pregão Eletrônico nº 005/2014), relativo a contratação de serviços contínuos de apoio técnico operacional à gestão administrativa, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de material, a serem executados na sede do Centro de Tecnologia Mineral, no Rio de Janeiro; e

Contrato nº 020/2014 (Processo nº 01207.000070/2014-18 – Pregão Eletrônico nº 005/2014), relativo a contratação de serviços contínuos de apoio técnico operacional à gestão administrativa, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem emprego de material, a serem executados no Núcleo Regional do Centro de Tecnologia Mineral, em Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Quanto ao certame licitatório referente aos serviços de limpeza, conservação e jardinagem, a Administração enfrentou problemas para a elaboração do Projeto Básico em relação ao que determina a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, tendo em vista a falta de informações técnicas relativas às edificações do CETEM, principalmente as relacionadas às fachadas envolvidas que compõem todo o edifício sede, ou seja, faltaram elementos necessários à definição das metragens para adoção dos índices de produtividade por servente, o que somente seria sanado com a contratação de um arquiteto, para produzir o “as built” das edificações. No final de dezembro de 2015, as plantas e o relatório de levantamento arquitetônico para conferência da metragem quadradas das edificações do CETEM (RRT nº 0000004251130) foram entregues pela arquiteta contratada, o que permitiu abertura do processo administrativo para a contratação dos respectivos serviços.

Tanto o ano de 2015 quanto no ano de 2016, a Administração do CETEM enfrentou sérios problemas orçamentários de custeio em relação a Ação 2000 – Gestão Administrativa, o que dificultou a continuidade do processo licitatório para a contratação dos serviços de limpeza, conservação e jardinagem. Em 2015 o déficit orçamentário foi de R\$ 1.779.000,00. De acordo com a PLOA 2016, o orçamento de custeio da Ação 2000 era de apenas R\$ 7.118.393,00, mas foi disponibilizado apenas R\$ 5.193.269,00, contra uma despesa fixa estimada de R\$ 8.100.000,00, já considerando o corte de postos terceirizados. Somente com o crédito adicional liberado em 01/11/2016 no valor de R\$ 1.962.683,00, mais dois repasses por parte da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do MCTIC, sendo um em 01/12/2016, no valor de R\$ 480.000,00 e o segundo no dia 02/12/2016 (último dia de empenho) no valor de R\$ 500.000,00, foi possível fechar as contas do ano.

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela Administração do CETEM em relação a falta de orçamento no ano de 2016 e considerando que todo o planejamento foi prejudicado, o processo licitatório para a contratação dos serviços de limpeza, conservação e jardinagem está sendo preparado para ocorrer no primeiro semestre de 2017.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL		024752			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
2	201306032	Constatação 29 Item 2.11	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL		024752			
Descrição da Recomendação					
Elaborar Plano Anual de Manutenção da Infraestrutura do CETEM, prevendo recursos para sua manutenção e melhoramentos, incluindo, entre outros serviços, reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas e hidráulicas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura (SEMPI)					
Coordenação de Administração (COADM)		024752			
Síntese da Providência Adotada					
A Administração do CETEM tem se esforçado para cumprir com a recomendação da CGU, apesar das dificuldades enfrentadas ao longo dos anos de 2015 e 2016 devido aos cortes orçamentários, o que prejudicou sensivelmente o planejamento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Foi enviado para a CGU o Plano de Manutenção Preventiva das Edificações do CETEM, cujo objetivo era estabelecer uma sistemática mais eficaz e eficiente de gestão predial, com foco na manutenção preventiva.					
O plano apresentava rotinas de manutenção preventiva dos sistemas prediais sob a responsabilidade do CETEM, abrangendo arquitetura civil, equipamentos eletromecânicos e instalações elétricas, destinando-se aos gestores prediais, supervisores de manutenção, encarregados, empresas contratadas e técnicos de manutenção.					
A Administração do CETEM vistoriou todas as edificações, observou contratos firmados, conversou com técnicos terceirizados, procurou informações em manual de fabricante de equipamentos específicos, para, finalmente, elaborar o plano de manutenção predial preventivo.					
O plano descrevia as atividades mínimas de manutenção preventiva a serem realizadas, indicando a frequência obrigatória.					
Segundo a CGU, apesar da inegável utilidade do documento apresentado, ele não contemplava os melhoramentos necessários e nem indicava a necessidade e disponibilidade de recursos para a manutenção e melhoramentos, considerando assim a recomendação parcialmente atendida.					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A Administração do CETEM apesar de não possuir em seu quadro servidores especializados para a execução da recomendação e ter enfrentado sérios problemas orçamentários nos anos de 2015 e 2016, o que prejudicou significativamente o planejamento administrativo, tem tentado cumprí-la a contento, evitando prejudicar o andamento da pesquisas realizadas no Centro.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL		024752			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
-	201306032	-	Ofício 30695/2013/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL		024752			
Descrição da Recomendação					
Identificar as ações previstas no Plano de Melhoria da Gestão do CETEM 2012 que ainda não foram iniciadas e as que estão com ritmo lento de implementação, analisar os pontos críticos e traçar estratégia adequada para garantir que o Plano seja executado com êxito.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação (COPGI)					
Diretoria do CETEM		024752			
Síntese da Providência Adotada					
Como estratégia, o documento apresentou a seguinte informação:					
Em 2015, foi informado ao CGU o que segue:					
“O CETEM, a oportunidade de realizar o PMG 2014 (atividade de auto-avaliação do modelo GESPUBLICA-500 pontos), levou em consideração as recomendações e Acórdãos da CGU/TCU, as oportunidades de melhoria apontadas pelo PMG 2012 (modelo 250 pontos) e as novas OMs identificadas no relatório de Gestão 2014. Tal estratégia formatou uma nova ordem de priorização de ações que serão implementadas com previsão de conclusão em julho de 2015.”					
Como resposta a CGU nos reportou o que segue:					
“Diante de todo o exposto, consideramos que a recomendação foi atendida parcialmente, uma vez que foi identificado o estágio de implementação da ação prevista no plano de Melhoria da Gestão do CETEM 2012. No entanto, reiteramos a recomendação, principalmente no que se refere à definição da estratégia para execução das ações, cuja previsão de conclusão é julho de 2015, conforme informado pelo gestor.”					

De acordo com o Ofício nº 13346/2015/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 09/06/2015, a recomendação foi atendida parcialmente. Cabe ressaltar que o CETEM iniciou um novo Planejamento Estratégico no exercício 2015, vislumbrando a elaboração de PDU 2017-2021.

No presente momento o CETEM finaliza as ações resultantes de seu Planejamento Estratégico para o horizonte 2017-2021, quais sejam:

- Revisão de seu Regimento Interno;
- Finalização de seu PDU;
- Implementação da estrutura matricial;
- Revisão do Novo Modelo de Governança;
- Adoção dos 04 Desafios Estratégicos – água, energia e resíduos; terras raras; rochas ornamentais; e agrominerais;
- Criação do Escritório de Gestão de Projetos; e
- Implementação do Plano de Negócios.

Síntese dos Resultados Obtidos

O Planejamento Estratégico 2017-2021 contempla programas que atendam a demandas estratégicas do Governo e desafios tecnológicos do setor produtivo. Prevê-se um modelo de gestão mais dinâmico para atender com flexibilidade a mudanças de prioridades. Um Plano Científico e Tecnológico, a ser atualizado anualmente, define os objetivos específicos e projetos para os próximos cinco anos.

Os desafios e projetos do novo PDU, **ainda em desenvolvimento e elaboração**, estão sintonizados com as diretrizes da Política Nacional de CT&I e alinhados com a Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2019). O Centro também se alinha às políticas industriais vigentes e ao Plano Nacional de Mineração 2030.

Os resultados estão listados no item acima “síntese da providência adotada”.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Os desafios ao alcance dos resultados se dão pela restrição orçamentária, a carência de pessoal, em especial a falta de gestores e analistas em gestão.



TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	EMISSAO 22/03/2017	PAGINA 1
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias			Despesas Orçamentárias		
Ordinárias	-	-	Ordinárias	10.801.283,71	13.256.309,36
Vinculadas	-	-	Vinculadas	10.672.457,92	13.198.790,46
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Operação de Crédito	128.825,79	57.518,90
Transferências Financeiras Recebidas	12.954.426,77	13.549.617,71	Transferências Financeiras Concedidas		
Resultantes da Execução Orçamentária	10.597.726,77	10.437.679,84	Resultantes da Execução Orçamentária	1.308,60	112.477,21
Repasso Recebido	15.000,00	550,00	Sub-repasso Concedido	1.308,60	112.477,21
Sub-repasso Recebido	10.582.726,77	10.437.129,84	Independentes da Execução Orçamentária	38.588,94	82.035,41
Independentes da Execução Orçamentária	2.356.700,00	3.111.937,87	Movimento de Saldos Patrimoniais	38.588,94	82.035,41
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.356.700,00	3.111.937,87	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Despesas Extraorçamentárias		
Recebimentos Extraorçamentários	2.147.667,63	3.291.365,97	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.713.508,85	3.102.270,89
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	797.581,10	457.422,13	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	457.422,13	1.671.753,22
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.284.461,28	2.515.780,96	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.256.086,72	1.424.848,70
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	673,62	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	5.668,97
Outros Recebimentos Extraorçamentários	65.625,25	317.489,26			
Arrecadação de Outra Unidade	65.625,25	286.214,26			
Demais Recebimentos		31.275,00			
Saldo do Exercício Anterior	391.057,72	103.166,91	Saldo para o Exercício Seguinte		
Caixa e Equivalentes de Caixa	391.057,72	103.166,91	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.938.462,02	391.057,72
TOTAL	15.493.152,12	16.944.150,59	TOTAL		
				15.493.152,12	16.944.150,59



MINISTÉRIO DA FAZENDA
2
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO	2016	PERÍODO	Anual
SUBTITULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	EMISSAO	22/03/2017	PAGINA	1
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	EMISSAO 22/03/2017	PAGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			10.801.283,71	10.801.283,71
TOTAL	-	-	10.801.283,71	10.801.283,71
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	10.072.896,60	8.917.091,30	8.177.300,20	-10.072.896,60
Juros e Encargos da Dívida	-	-	19.352,40	19.352,40	19.352,40	-19.352,40
Outras Despesas Correntes	-	-	10.053.544,20	8.897.738,90	8.157.947,80	-10.053.544,20
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	-	-	728.387,11	599.731,13	541.941,13	-728.387,11
Inversões Financeiras	-	-	728.387,11	599.731,13	541.941,13	-728.387,11
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	10.801.283,71	9.516.822,43	8.719.241,33	-10.801.283,71
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	EMISSAO 22/03/2017	PAGINA 3
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	10.801.283,71	9.516.822,43	8.719.241,33	-10.801.283,71
TOTAL	-	-	10.801.283,71	9.516.822,43	8.719.241,33	-10.801.283,71

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	38.444,43	1.382.570,03	1.137.188,56	1.137.188,56	134.508,07	149.317,83
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	38.444,43	1.382.570,03	1.137.188,56	1.137.188,56	134.508,07	149.317,83
DESPESAS DE CAPITAL	5.449,88	1.133.210,93	1.118.898,16	1.118.898,16	19.762,65	-0,00
Investimentos	5.449,88	1.133.210,93	1.118.898,16	1.118.898,16	19.762,65	-0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	43.894,31	2.515.780,96	2.256.086,72	2.256.086,72	154.270,72	149.317,83

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	358.813,13	358.813,13	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	358.813,13	358.813,13	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	98.609,00	98.609,00	-	-
Investimentos	-	98.609,00	98.609,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	457.422,13	457.422,13	-	-



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	EMISSAO 22/03/2017	PAGINA 1
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	4.482.902,82	2.953.734,84	PASSIVO CIRCULANTE	828.856,10	716.972,06
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.938.462,02	391.057,72	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	797.581,10	685.697,06
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	2.544.440,80	2.562.677,12	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	31.275,00	31.275,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	46.027.768,11	54.846.969,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	828.856,10	716.972,06
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
IMOBILIZADO	45.531.530,24	54.430.446,39	Reservas de Capital	-	-
Bens Móveis	18.723.662,34	18.029.600,87	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	21.531.558,43	20.091.976,56	Reservas de Lucros	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-2.807.896,09	-2.062.375,69	Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	49.681.814,83	57.083.731,78
Bens Imóveis	26.807.867,90	36.400.845,52	Resultado do Exercício	-7.360.442,53	2.930.861,20
Bens Imóveis	26.807.868,03	36.400.845,52	Resultados de Exercícios Anteriores	57.083.731,78	54.152.870,58
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-0,13	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-41.474,42	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
INTANGÍVEL	496.237,87	416.522,61	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.681.814,83	57.083.731,78
Softwares	496.237,87	416.522,61			
Softwares	497.196,37	416.522,61			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-958,50	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	EMISSAO 22/03/2017	PAGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido					
TOTAL DO ATIVO	50.510.670,93	57.800.703,84	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50.510.670,93	57.800.703,84

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	1.938.462,02	391.057,72	PASSIVO FINANCEIRO	2.262.635,21	3.048.372,40
ATIVO PERMANENTE	48.572.208,91	57.409.646,12	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	48.248.035,72	54.752.331,44

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.709.620,00	2.041.770,93	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.028.230,02	3.925.377,47
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.709.620,00	2.041.770,93	Execução dos Atos Potenciais Passivos	2.028.230,02	3.925.377,47
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.320.000,00	1.632.124,93	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congê	352.120,00	372.146,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congê	-	-
Direitos Contratuais a Executar	37.500,00	37.500,00	Obrigações Contratuais a Executar	2.028.230,02	3.925.377,47
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.709.620,00	2.041.770,93	TOTAL	2.028.230,02	3.925.377,47

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFÍCIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFÍCIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-333.652,65
Recursos Vinculados		9.479,46
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		9.479,46
TOTAL		-324.173,19



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	EMISSAO 22/03/2017	PAGINA 1
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES		VALORES EM UNIDADES DE REAL

		2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		3.306.852,59	2.513.984,67
INGRESSOS		13.020.052,02	13.867.780,59
Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		-	-
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		13.020.052,02	13.867.780,59
Ingressos Extraorçamentários		-	673,62
Transferências Financeiras Recebidas		12.954.426,77	13.549.617,71
Arrecadação de Outra Unidade		65.625,25	286.214,26
Demais Recebimentos		-	31.275,00
DESEMBOLSOS		-9.713.199,43	-11.353.795,92
Pessoal e Demais Despesas		-9.622.576,54	-11.056.976,74
Legislativo		-	-
Judiário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-	-
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-	-
Saúde		-	-
Trabalho		-	-
Educação		-	-
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-	-
Ciência e Tecnologia		-	-11.056.976,74
Agricultura		-	-
Organização Agrária		-	-



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	EMISSAO 22/03/2017	PAGINA 2
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

		2016	2015
Indústria		-15.000,00	-
Comércio e Serviços		-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-	-
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-50.725,35	-96.637,59
Intergovernamentais		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais		-50.725,35	-96.637,59
Outras Transferências Concedidas		-	-
Outros Desembolsos das Operações		-39.897,54	-200.181,59
Dispêndios Extraorçamentários		-	-5.668,97
Transferências Financeiras Concedidas		-39.897,54	-194.512,62
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-1.759.448,29	-2.226.093,86
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-1.759.448,29	-2.226.093,86
Aquisição de Ativo Não Circulante		-1.722.460,16	-1.993.231,25
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-36.988,13	-232.862,61
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
9
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	EMISSAO 22/03/2017	PAGINA 3
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
		2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.547.404,30	287.890,81
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		391.057,72	103.166,91
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		1.938.462,02	391.057,72



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	EMISSAO 22/03/2017	PAGINA 1
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		13.373.939,69	14.638.528,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		27.036,31	204.178,85
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		27.036,31	204.178,85
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		355,07	35.128,68
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		355,07	35.128,68
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		13.292.436,10	13.870.466,49
Transferências Intragovernamentais		12.954.426,77	13.549.617,71
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		338.009,33	320.848,78
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		15.523,27	446.719,40
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	397.135,11
Ganhos com Desincorporação de Passivos		15.523,27	49.584,29
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		38.588,94	82.035,41
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	EMISSAO 22/03/2017	PAGINA 2
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		38.588,94	82.035,41
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		20.734.382,22	11.707.667,63
Pessoal e Encargos		19.352,40	20.729,64
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		19.352,40	20.729,64
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		73.348,02	8.741,25
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		73.348,02	8.741,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		10.910.700,06	10.858.546,16
Uso de Material de Consumo		807.206,57	311.095,23
Serviços		9.357.014,46	9.947.774,17
Depreciação, Amortização e Exaustão		746.479,03	599.676,76
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		19.064,21	1.635,42
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		4.773,02	219,32
Variações Monetárias e Cambiais		14.291,19	1.416,10
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		48.123,91	194.512,62
Transferências Intragovernamentais		39.897,54	194.512,62
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		8.226,37	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		9.631.097,46	568.027,92
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		9.592.977,49	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		38.119,97	545.829,97
Desincorporação de Ativos		-	22.197,95



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
SUBTITULO	240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	EMISSAO 22/03/2017	PAGINA 3
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Tributárias		32.696,16	55.474,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		250,00	-
Contribuições		32.446,16	55.474,62
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		-	-
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		-	-
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-7.360.442,53	2.930.861,20

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		2016	2015



Consulta Imóvel por UG

Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município

Parâmetros da Pesquisa

Proprietário Oficial : Todos
UF : Todas
Situação : Ativo

Certificação : Ambos

UG : 240127 - CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL

		Valores em R\$
Total de Imóveis:	2	Terreno : 1.955.002,48
		Benfeitoria : 27.605.818,80
		Imóvel : 29.560.821,28

UF : ES - Espírito Santo

		Valores em R\$
Total de Imóveis:	1	Terreno : 1.955.000,00
		Benfeitoria : 3.320.000,00
		Imóvel : 5.275.000,00

Município : 5623 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

		Valores em R\$
Total de Imóveis:	1	Terreno : 1.955.000,00
		Benfeitoria : 3.320.000,00
		Imóvel : 5.275.000,00

RIP : 5623.00043.500-1

		Valores em R\$
Rodovia Cachoeiro - Alegre, 00	km 5, Morro Grande	Terreno : 1.955.000,00
CEP 29311-970		Benfeitoria : 3.320.000,00
		Imóvel : 5.275.000,00

UF : RJ - Rio de Janeiro

		Valores em R\$
Total de Imóveis:	1	Terreno : 2,48
		Benfeitoria : 24.285.818,80
		Imóvel : 24.285.821,28

Município : 6001 - RIO DE JANEIRO

		Valores em R\$
Total de Imóveis:	1	Terreno : 2,48
		Benfeitoria : 24.285.818,80
		Imóvel : 24.285.821,28

RIP : 6001.02788.500-4

		Valores em R\$
Avenida Pedro Calmon, 900	Cidade Universitária	Terreno : 2,48
CEP 21941-908		Benfeitoria : 24.285.818,80
		Imóvel : 24.285.821,28

Informações extraídas em 22/03/2017 13:16

[Imprimir](#)

Secretaria do Patrimônio da União